

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DELIANE DA SILVA CARVALHO

PROFESSOR, PRESENTE!

**O Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e a memória
do período entre 1964 a 1980.**

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen

CO-ORIENTADOR:

Prof.^o Dr. Marco Aurélio Santana

RIO DE JANEIRO

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DELIANE DA SILVA CARVALHO

PROFESSOR, PRESENTE!
**O Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e a memória
do período entre 1964 a 1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

ORIENTADORA:
Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen

CO-ORIENTADOR:
Prof^o. Dr. Marco Aurélio Santana

RIO DE JANEIRO
2008

DELIANE DA SILVA CARVALHO

PROFESSOR, PRESENTE!

**O Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e a memória do período
de 1964 a 1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em ____/____/ 2008

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Paulo Fontes
CPDOC/FGV

Profº Dr. Flávio Limoncic
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profª Icléia Thiesen (Orientadora)
Universidade Federal de Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Co-orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DELIANE DA SILVA CARVALHO

PROFESSOR, PRESENTE!
O Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e a memória
do período entre 1964 a 1980.

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen

CO-ORIENTADOR:

Prof.^o Dr. Marco Aurélio Santana

RIO DE JANEIRO
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DELIANE DA SILVA CARVALHO

PROFESSOR, PRESENTE!
**O Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e a memória
do período entre 1964 a 1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

ORIENTADORA:
Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen

CO-ORIENTADOR:
Prof^o. Dr. Marco Aurélio Santana

RIO DE JANEIRO
2008

DELIANE DA SILVA CARVALHO

PROFESSOR, PRESENTE!

**O Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e a memória do período
de 1964 a 1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em ____/____/ 2008

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Paulo Fontes
CPDOC/FGV

Profº Dr. Flávio Limoncic
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profª Icléia Thiesen (Orientadora)
Universidade Federal de Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (Co-orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

C331 Carvalho, Deliane da Silva.
Professor, presente! : o sindicato dos professores do Estado do Rio de Janeiro e a memória do período entre 1964 a 1980 / Deliane da Silva Carvalho, 2008.
112f.

Orientador: Icléia Thiesen.

Co-orientador: Marco Aurélio Santana.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

1. Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro. 2. Sindicatos – Professores – Rio de Janeiro. 3. Professores – Atividades políticas. 4. Memória social – Aspectos políticos. 5. Ditadura e ditadores – Brasil – 1964-1980. I. Thiesen, Icléia. II. Santana, Marco Aurélio. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós- Graduação em Memória Social. IV. Título.

CDD – 331.88113711

A Luiz Claudio, irmão querido, (in
memorian), com quem caminha o
meu coração.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que me ensinou o valor do estudo em meio à aspereza da vida.

À amiga, sempre presente, Cláudia Calmon, que me acalmou nas horas difíceis e me apoiou nas horas críticas, reafirmando a nossa amizade forjada no respeito e carinho.

À amiga Joana Ferraz, que, desde o começo, leu, criticou e fez sugestões preciosas nas diversas versões do projeto, além de sua indicação decisiva para a realização das entrevistas.

Ao ex-professor de história e, hoje, amigo Luiz Sergio Dias, pela leitura cuidadosa e crítica generosa. Foi graças às nossas “conversas de botequim”, que este projeto foi viabilizado.

Aos meus queridos entrevistados, essenciais para esse trabalho, que me atenderam com total simpatia. Alguns, hoje, se transformaram em amigos muito queridos. Obrigada de coração aos professores Robespierre Martins, Chico Mendes, Livieto, Adalgiza, João Jorge, Fontinha, Edla, Brossard, Carlos Matheus, Monrevi e Aquino.

Ao amigo Paulo Silva, que, em todos os momentos em que o desespero se aproximou, me resgatou.

A Kênia Miranda, por disponibilizar sua dissertação por tanto tempo.

A Elielma, pela leitura e sugestões que contribuíram para o término dessa dissertação.

Ao professor Dr. Marco Aurélio Santana, pela orientação e paciência.

À professora Dr^a Icléia Thiesen, que, desde o começo, sempre me incentivou com
palavras de ânimo e esperança.

Aos professores Dr. Marcelo Badaró e Dr. Flavio Limoncinc, pelas sugestões na ocasião
da participação na banca de qualificação.

A Emília Carolina, funcionária do Sinpro/Rio, que usou de todos os meios para que essa
dissertação fosse concluída, meu muito obrigada.

À amiga Joyce, pelos incentivos constantes mesmo a distância.

Valéria Calvo, amiga de última hora e de ajuda sem igual.

Aos amigos que me ofereceram diversas formas de apoio nesse período de ausência: Sr.
Oswaldo, que viveu comigo cada etapa dessa dissertação e me ofereceu seu carinho;
Kaplan, amigo para além do físico; Jairo, sempre na torcida e Vera Lúcia, ouvinte
paciente.

Aos professores, que, como eu, enfrentam uma banca todos os dias.

Ver, olhar nos olhos, ouvir, escutar as palavras, sentir a presença da pessoa, os odores dos lugares são condições que nada supera. As máquinas registram as vozes e as imagens. Apenas as vozes e as imagens. As emoções são captadas pelos nossos sentidos.

Juan Mollinari

RESUMO

O objetivo desta dissertação é identificar o impacto da ditadura militar na trajetória do *Sinpro/Rio* (*Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e Região*), período em que alguns de seus membros foram fortemente atingidos pela violência desencadeada pelo regime. Foram analisadas as formas pelas quais os militantes do *Sinpro/Rio* construíram suas memórias, no período que se estende de 1964 a 1980. Esta memória foi recuperada através do recurso da História Oral, a fim de comprovar que os trabalhadores do *Sinpro/Rio* também estiveram na vanguarda dos movimentos de oposição e resistência ao estado de exceção estabelecido em 1964. Os sindicatos se tornaram objeto de perseguições e intervenções promovidas pelos governos militares e neste cenário desfavorável à militância política, o *Sinpro/Rio* teve um importante papel na resistência à ditadura, reafirmando a trajetória de lutas e conquistas travadas pela instituição, ao longo de sua existência, em defesa da classe docente.

Palavras-chave: sindicato; professores; ditadura militar; memória e resistência.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to identify the impact of the military dictatorship in the trajectory of the *Sinpro/Rio* (*Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro e Região*), a period in which some of its members were strongly hit by the violence unleashed by the regime. The aspects through which the militants of the *Sinpro/Rio* formed their memories will be analyzed along the years 1964-1980. This memory, regarding the military period, already pointed, will be recovered with the help of the Oral History methods, in order to prove that the workers of the *Sinpro/Rio* were also in the forefront of the opposition movements of resistance to the antidemocratic regime established in 1964, a regime which had a strong impact on the organized social movements, notably the Trades Unions, these ones objects of persecution and interventions. In short, along its 75 years of existence, the *Sinpro/Rio* has been the scenario of several battles and achievements to the teaching staff. The political interventions that occurred during the Military Regime and the difficulties they faced as the consequences of the political persecution were not strong enough to break the organized resistance inside the Union, and this history resists in the memory of the militants. This dissertation is based on these standpoints and investigates this kind of resistance, memory and identity, from 1964 to 1980.

Key Words: Military dictatorship. Trade Unions. Teachers. Memory. Resistance.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro 1 – Resultado das Eleições Legislativas de 1974 (p. 82)

Figura 2 – Gráfico 1 - Relação de Associados nos Meses de Maio/1978 a Outubro/1979
(p. 91)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	p. 12
1.1- O tema e sua escolha	p. 14
CAPÍTULO II: A DESCRIÇÃO DA PESQUISA	p. 18
2.1- O campo de pesquisa: o Sinpro / Rio	p. 18
2.2- O trabalho de campo	p. 21
2.3- Os entrevistados	p. 24
2.4- Relatos	p. 27
CAPÍTULO III: ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	p. 31
CAPÍTULO IV: BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO	p. 38
CAPÍTULO V: O SINPRO/RIO	p. 56
5.1- A organização do sindicato	p. 56
CAPÍTULO VI: O SINDICATO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE MEMÓRIA	p. 68
CAPÍTULO VII: A VOLTA DO MOVIMENTO SINDICAL	p. 80
7.1- O preço do milagre	p. 80
7.2- O desgaste político	p. 82
7.3- O (re) nascer social e sindical	p. 85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 95
REFERÊNCIAS	p. 101
ANEXOS	p. 106
Carta de Autorização	p. 106
Publicação sobre arquivamento de inquérito sobre diversos professores	p. 107

Foto da Diretoria do Sinpro em 1931	p. 108
Intimação ao professor Robespierre Martins Teixeira	p. 109
Inquérito Policial Militar contra o Professor Robespierre Martins e seu arquivamento	p. 110
Avenida Presidente Vargas no dia do Golpe	p. 112

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar a memória dos militantes do Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (Sinpro/Rio)¹ no período da ditadura militar, o qual é caracterizado pela limitação de direitos civis, falta de democracia, censura, perseguição política e repressão às organizações profissionais e aos que eram contra o regime militar. Este estudo possibilitará, em sentido amplo, uma análise do impacto da ditadura militar no comportamento dos militantes dirigentes e filiados daquele Sindicato frente à crise estabelecida pela severa repressão que caracterizou o período.

O objetivo geral é analisar as formas pelas quais os militantes do Sinpro/Rio, construíram suas memórias, no período que se estende de 1964 a 1980. Tomamos a categoria militante, como indivíduos que participam ativamente das atividades desenvolvidas no sindicato, tais como assembleias, eleições e reuniões. Para tanto, pretendemos investigar a atuação política dos militantes do período em tela para verificarmos como foi organizado o espaço físico e social da entidade, apesar da repressão político-militar.

Entendemos que apesar da ditadura militar ter impactado fortemente a atuação autônoma do sindicato na medida em que muitas de suas lideranças foram afastadas da direção através de cassações e prisões, levando, desse modo, a uma estagnação do movimento social, o sindicato representou um espaço, tanto físico quanto social, de resistência à crise instalada pela ditadura, assim como propiciou a formação de uma identidade coletiva, que ficou demonstrada quando o movimento sindical reassumiu sua posição de destaque na sociedade no final dos anos 70.

¹ Utilizaremos a abreviatura Sinpro/Rio para designar Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região, nome atual do sindicato.

A seguir, será apresentado um resumo para contextualizar a origem desta instituição. Sabemos que, a partir da Revolução Industrial, desde o final do século XVIII, a sociedade capitalista encontrou plenas condições para a sua expansão. Nessa fase, formaram-se duas classes antagônicas que constituíram o capitalismo. Uma era formada pelos capitalistas, que são os proprietários dos meios de produção e que vivem da exploração da grande massa da população; a outra era constituída pelo proletariado, que só dispunha da sua própria força de trabalho.

À medida que a indústria foi se desenvolvendo, organizações de operários começaram a surgir. Primeiramente voltadas para um trabalho assistencial às famílias, depois com características políticas e de um grande esforço da classe operária na luta contra o despotismo e a dominação do capital. Assim pretendia-se que os ganhos do trabalhador fossem suficientes para manter sua família. Os sindicatos seriam, portanto, associações criadas pelos operários para a sua própria segurança contra a usurpação incessante do sistema capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos exaustiva, visto que o lucro capitalista aumenta, não só pelo arrocho salarial ou pela introdução das máquinas, mas também pela jornada de trabalho que o patrão “obriga” o operário a exercer. Sendo essa organização uma representante legítima da classe trabalhadora, ficaria assim, em pé de igualdade com a organização patronal.

Deste modo, os trabalhadores oriundos das indústrias têxteis, doentes e desempregados, juntavam-se em associações de socorro mútuo. Com o tempo, estas associações foram se fortalecendo e adquirindo um caráter político.

As questões acima apontadas nos levam a fazer um breve estudo da formação da classe operária e do sindicalismo no Brasil, pois entendemos o Sinpro/Rio, como uma entidade que se organizou nos moldes característicos de uma organização com

interesses inerentes à classe trabalhadora, com objetivo de buscar formas legais de melhorias trabalhistas, dentro de uma realidade específica, num momento em que o Brasil passava por mudanças políticas oriundas de uma “revolução”. Entender como se deu o processo da formação da classe operária brasileira, que remonta a primeira década do século XX, quando “grupos de trabalhadores urbanos buscaram nas ‘sociedades de resistência’, ou sindicatos, uma forma de organização coletiva que respondesse à demanda por representação dos seus interesses junto aos patrões e ao estado, no que diz respeito às questões do mundo do trabalho” (MATTOS, 2003:8), nos parece importante para a compreensão da organização adotada pelo Sindicato dos Professores no Rio de Janeiro. Este estudo será colocado em capítulo próprio mais adiante.

1.1- O tema e sua escolha

Cabe ressaltar que o interesse pelo tema aqui exposto vem do período da graduação, além de estar intrinsecamente ligado à minha vida profissional, uma vez, que sendo professora regente da rede pública estadual e municipal, tenho todo o interesse num estudo da entidade que representa a categoria. Apesar de minha vida profissional não corresponder ao período deste estudo, as conseqüências que vieram desse momento crítico atingiram a minha geração em todos os aspectos, sejam econômicos, políticos, sociais e, principalmente, profissionais.

Como foi dito, o interesse, surgiu durante a graduação. Era de hábito sempre sairmos para encontros fora da universidade com professores. O professor de História do Brasil, Luiz Sergio Dias, sempre nos presenteava com sua fala fácil e mansa, quando

discorria sobre assuntos diversos. Normalmente este girava em torno da capoeira, da situação política do momento e do samba.

Em um desses momentos, na Rua Pedro Lessa, no centro da cidade, depois de um seminário no Sindicato dos Professores, Luiz Sérgio comentou que um bom tema para uma dissertação de mestrado seria sobre a memória do Sinpro/Rio, pois pouco se sabia, até então, sobre o tema. Para ele, enquanto militante e professor, era importante esta memória, pois a história de lutas do sindicato merecia um trabalho acadêmico. Era um sindicato nascido depois, e quase concomitantemente com, de uma “revolução” - a de 30 - havia pessoas expressivas, professores que acreditavam verdadeiramente na educação como forma de transformação da sociedade, e, no entanto, essas histórias passariam “em branco”.

Durante minha graduação, trabalhei em diversos setores, e quando decidi por lecionar, passei também a participar da luta de minha categoria. Revivendo aqueles encontros ocorridos durante a graduação, e seguindo a sugestão de Luiz Sérgio Dias, passei a olhar com paixão e curiosidade para o Sinpro/Rio.

Nas pesquisas iniciais para a montagem do anteprojeto, percebemos a viabilidade de um trabalho sobre memória, apesar de muitos documentos terem sido perdidos e muitos militantes expressivos estarem afastados.

Neste sentido, consideramos ser importante examinar a atuação de alguns militantes do Sinpro/Rio no período entre 1964 e 1985, pois acreditamos que sendo o sindicato uma instituição e, como tal, tendo seus membros atuantes politicamente num determinado espaço de tempo, num momento considerado pela história do Brasil como um dos mais violentos, este exame seria importante para identificar como o Sindicato sobreviveu à ditadura. Para tanto, nos parece provado que a repressão aos movimentos sociais organizados, implementada pela ditadura militar, incluindo os sindicatos de

professores, fez parte de uma ação generalizada para conter a “ação subversiva” das organizações de trabalhadores, um “fantasma” que assustava grande parte da elite, principalmente no governo de João Goulart.

Como os professores são, sem dúvida, agentes educacionais subordinados às instâncias programáticas ditadas por qualquer governo, a repressão sobre eles afeta a própria educação e as atitudes individuais na medida em que proíbe, coage ou constrange a atuação profissional do professor. Em outras palavras, a repressão ditatorial objetivava, no nosso entender, reduzir também a quantidade daqueles profissionais que poderiam dificultar a implementação dos objetivos impostos pelo governo militar, uma vez que sua organização estava consolidada.

Acreditamos que o tema que propomos examinar, possa contribuir para o debate acerca da importância da resistência dos trabalhadores durante a ditadura militar no Brasil. Analisar o impacto da repressão nos movimentos sociais organizados dos trabalhadores, e perceber como a memória desse período se delinea, pode abrir mais um campo de interesse para o estudo do movimento social e sindical nesta fase conturbada. Através da história oral, teremos mais uma possibilidade para entender toda a complexidade desta época, pelos meandros das lembranças de militantes do Sinpro/Rio. Por se tratarem de pessoas de idade madura,

nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas [...] enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que de uma pessoa de idade. (BOSI, 1994:60).

Assim, esperamos estar contribuindo para a abertura de novos estudos.

A presente dissertação terá como lógica de exposição a seguinte organização: quatro capítulos além desta *Introdução* e das *Considerações Finais*.

No segundo capítulo, *Breve História do Movimento Sindical Brasileiro*, trataremos de expor, em um breve histórico cronológico, a trajetória do movimento sindical brasileiro, bem como a participação ativa e bastante significativa dos trabalhadores na luta por uma consciência de classe e por direitos de uma legislação trabalhista.

No terceiro capítulo, *A História do Sinpro/Rio*, era nossa intenção caracterizar a entidade desde a sua formação, na década de 30, até os anos 1970, traçando um perfil de comportamento do sindicato frente às mudanças pelas quais passou o Brasil, e a postura deste durante toda a luta por melhorias nas condições trabalhistas da categoria. Cabe ressaltar que, infelizmente, nosso objetivo não pode ser levado a cabo por problemas, já mencionados anteriormente, no campo de pesquisa.

No quarto capítulo, *O Sindicato como Espaço de Resistência e Memória*, procuraremos demonstrar o quanto o sindicato representou um espaço de aglutinação de seus membros, que se sentindo representados e fortalecidos, estavam determinados a não deixar a entidade ser alvo de intervenção direta do regime militar. Também procuramos mostrar como o sindicato serviu como *locus* para a formação da memória de seus membros.

No quinto capítulo, *A Retomada do Movimento Sindical Brasileiro*, analisaremos o final da década de 1970 no seu contexto de retomada das lutas políticas e do movimento sindical brasileiro, bem como a atuação contundente dos operários do ABC paulista e a ação do Sinpro/Rio e de seus membros frente a essa nova fase que se configurava, na qual o movimento sindical retomava seu lugar de destaque no quadro dos movimentos sociais brasileiros.

CAPÍTULO II

A DESCRIÇÃO DA PESQUISA

2.1- O campo de pesquisa: o Sinpro / Rio

Nesse capítulo serão abordados temas referentes à descrição do campo, qual seja: Sinpro/Rio, a síntese dos entrevistados e as considerações teóricas acerca da memória coletiva.

A sede do Sindicato está localizada à Rua Pedro Lessa, 35 - 2º, 3º, 5º e 6º andares, Centro da cidade do Rio de Janeiro. Apresenta um grande número de trabalhadores, aproximadamente cem (100) pessoas, das quais sessenta (60) trabalham na sede, tendo os demais trabalhando nas sedes atendendo ao público. São profissionais e estagiários de diversas áreas num prédio moderno, com a decoração nas cores amarela, branca e azul.

No ano 2000, o Sinpro-Rio fundou a Escola do Professor, um espaço de formação para a categoria, com o nome oficial de Centro de Estudos e Atualização em Política e Educação (CEAPE). Ocupando hoje o 5º andar de sua sede, a Escola do Professor possui uma programação semestral com diversas atividades, a saber: cursos de línguas, artesanatos, atualizações, oficinas literárias, de teatro de cordel, de contação de histórias, de animação, além de cursos de informática, ciclos de palestras e seminários e, ainda, atividades culturais pela cidade e pelo estado do Rio de Janeiro através do Sind Tour.

O sindicato também oferece serviços de assistência jurídica, oportunidade de disponibilizar currículos no seu *site*, além de serviços e convênios com empresas de auto-escolas, auto-peças, farmácias, médicos de diversas especialidades, óticas,

pousadas, hotéis, restaurantes, terapeutas, laboratórios de análises clínicas, lojas, academias de ginástica, seguradoras e outros.

Administrativamente, o Sinpro/Rio hoje, cuja denominação oficial é Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região, é constituído, segundo seu estatuto aprovado em assembléia geral extraordinária de 6 de maio de 2002,

(...) para fins de estudo, promoção cultural, reivindicação, defesa e representação legal da categoria profissional dos professores de todos os níveis, ramos e graus de ensino que ministrem, quaisquer que sejam as denominações que se lhes dêem, constituindo uma categoria profissional dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Paracambi e Seropédica. (Art.1º, Estatuto, 2006).

Em seu artigo 2º, o Sinpro-Rio se afirma “independente do patronato, do Estado, dos partidos políticos e de seitas religiosas”. Em seu artigo 4º, estabelece como um dos deveres do sindicato, “defender o regime democrático e a liberdade de manifestação e de expressão” (alínea a), “defender o ensino público, gratuito e de qualidade para todos” (alínea d), o que parece um tanto contraditório, uma vez que o Sinpro-Rio se constituiu com o objetivo de defender os interesses da categoria da rede privada de ensino, apesar de hoje ter em seus quadros membros da rede pública.

Todavia, a direção do SINPRO defende, em seus discursos e publicações, a existência da rede privada como complemento da rede pública. Por um lado, a educação pública faria parte de um projeto estratégico de nação e, por outro, a educação privada garantiria a liberdade e autonomia das classes médias e altas de optarem por projetos específicos. (MIRANDA, 2005: 81)

O Sinpro-Rio é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FETEERJ), e à Confederação Nacional dos Trabalhadores Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Tem como órgãos de deliberação e administração sindical, o Congresso, a Assembléia, a Diretoria e os Conselhos de representantes. O Congresso, segundo art. 12, ocorre, ordinariamente, uma vez a cada gestão por convocação da Diretoria do

Sindicato e, quando há necessidade da assembléia ou diretoria, extraordinariamente. Do congresso participam os membros da diretoria e delegados filiados dos estabelecimentos de ensino, de cursos livres, cursos de idiomas e de estabelecimentos de ensino profissional técnico ou assemelhado, como consta no artigo 15, inciso II do estatuto.

As assembléias podem ser setoriais ou gerais. Nas assembléias gerais ordinárias, que ocorrem anualmente no mês de novembro para a prestação de contas da Diretoria e deliberação orçamentária para o ano seguinte, podem participar todos os associados, podendo haver também a possibilidade de convocação para assembléias extraordinárias. Nas assembléias setoriais, é possível a participação de professores não sindicalizados quando respeitar unicamente a matéria coletiva de trabalho, já que essas assembléias versam sobre assuntos específicos de empresas ou estabelecimentos de ensino.

O artigo 29 do estatuto trata da Diretoria. Nele diz que ela é constituída por uma direção executiva com um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários (1º e 2º), dois tesoureiros (1º e 2º), um procurador, um diretor de comunicação, um diretor de educação e cultura e um diretor de patrimônio, além de diretoria de zonais e delegacias, conselho fiscal e diretores representantes da FETEERJ.

As eleições são realizadas a cada três anos. Com a documentação do Departamento Jurídico na UERJ para microfilmagem, foi impossível determinar o número exato de filiados hoje no sindicato, sendo que, “segundo dados do departamento de comunicação, a entidade possui cerca de 17 mil filiados” (MIRANDA, 2005:81), com maioria pertencente à rede privada, com uma contribuição estipulada em R\$10,00 (dez reais) mensais.

Em termos territoriais, o sindicato se organiza em zonais (centro, sul, Méier, Tijuca, Jacarepaguá/Barra, Leopoldina, Ilha do Governador, Central e Oeste), e delegacias sindicais (Campo Grande, Barra da Tijuca e Madureira). Segundo o artigo

61, “a zonal é um organismo regional de organização e mobilização dos professores, abrangendo os professores dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis, ramos e graus com base na área delimitada” e a delegacia (art.62) “é uma base regional do Sindicato organizada para dinamizar o trabalho sindical na área e facilitar o acesso dos professores aos serviços da Entidade”.

Ainda constam como integrantes da diretoria executiva, o Conselho Fiscal, órgão verificador da entidade, constituído por três membros que devem acompanhar a assembléia geral ordinária e registrar seus balancetes e deliberações, como também acompanhar a administração de patrimônio. O Conselho de representantes pode ser convocado pela diretoria, tendo uma pauta específica de discussão, através de delegados das instituições, delegacias ou zonais.

Finalmente, em seu *site* (www.sinpro-rio.org.br), encontramos, no menu “Quem somos”, uma retrospectiva da entidade, que vai do período de 1931 a 1950, baseada na dissertação de mestrado do professor Ricardo Coelho, na qual se pode ter uma idéia da imagem que o sindicato deseja transmitir a todos que acessam sua página: um sindicato resistente, solidário e combativo.

2.2- O trabalho de campo

As primeiras tentativas de aproximações do Sinpro/Rio, para o trabalho de campo, foram bastante difíceis. Ainda antes do processo de seleção para o Mestrado da UNIRIO, foram feitos os primeiros contatos com o sindicato, para a elaboração do anteprojeto.

O contato inicial foi com o departamento de comunicação onde podem ser obtidas informações sobre a documentação disponível acerca do período de interesse, a saber, de 1964 a 1980.

O responsável pelo departamento encaminhou a secretária para o atendimento. Inicialmente informei que estava recolhendo informações para elaborar o anteprojeto que faria parte da seleção para o mestrado. Então expus os motivos pelos quais estava lá, falando da importância de um trabalho de memória da instituição, do meu interesse, enquanto profissionais da área, e da colaboração que este trabalho poderia trazer para o movimento social e para a memória da instituição.

Em contrapartida, ele me comunicou que um trabalho desta natureza já estava sendo feito pelo próprio sindicato, com um grupo de pesquisadores da UFRJ, que estava selecionando e organizando toda a documentação, sendo, portanto, inviável a pesquisa naquele momento, pois o trabalho dos pesquisadores ainda iria começar.

Insisti que poderia colaborar com o trabalho em andamento, contribuindo com a análise destes documentos. Mas ele afirmou:

os documentos estavam muito deteriorados, praticamente impossível de serem manuseados por qualquer um, pois as diretorias anteriores eram cheias de “pelegos”, e nunca tiveram a preocupação de guardá-los devidamente, mandando-os para uma antiga propriedade do Sindicato, que funcionaria como sede campestre, em Xerém, a Fazenda Mineira. (Sr. Marcio)²

Foi indicado que aguardasse a publicação do livro e do CD-ROM, previsto para o próximo ano (2006), em que o Sinpro/Rio comemoraria 75 anos de existência, fato este que, até o presente momento, agosto de 2008, quando escrevo, não aconteceu.

² Este é um nome fictício, pois não temos autorização do mesmo, uma vez que a conversa ocorreu num contato inicial.

Ao final do primeiro contato, obtive algumas informações relevantes, que foram: apesar da condição de deteriorada, havia alguma documentação e o Sindicato não tinha, realmente, nenhum trabalho de memória até então.

Dando continuidade à pesquisa, entrei em contato com três professores de ensino fundamental e médio, de estabelecimentos localizados no Rio de Janeiro, para explicar a situação e pedir auxílio. E este veio através de uma amiga, também professora e ex-militante sindical. A partir desta amiga foi possível localizar outros dez (10) professores. Deste total, seis (6) ainda se encontram diretamente ligados ao Sindicato, enquanto os demais estão afastados da militância. Assim, foram feitos os primeiros contatos. Entretanto, por se tratar de um período pré-eleitoral para presidente da República, muitos dos indicados não estavam disponíveis para uma entrevista, pois estavam participando do processo, e pediram para que novo contato fosse feito posteriormente.

Numa segunda visita ao sindicato, um estagiário informou que a pesquisadora do referido projeto de 75 anos do Sinpro/Rio poderia me atender, não naquele momento, pois se encontrava no horário de almoço, mas que eu retornasse no dia seguinte, pois ela era “gente boa”. Assim foi feito e ela falou que poderíamos conversar pessoalmente em horário a ser combinado. A pesquisadora foi muito simpática, disse que poderia colaborar, na medida do possível, falou também do projeto que estava sendo realizado e que entendia as dificuldades, pois também era mestranda, e que por isso ajudaria dentro dos limites do local em que trabalhava. Então, passou uma relação de nomes e telefones de pessoas, que ela também estava tentando entrevistar, e se colocou à disposição para mostrar algumas publicações do Sinpro/Rio.

Ao término da campanha eleitoral, retornei o contato com os possíveis entrevistados, mas outro problema se colocou. A grande maioria continuava lecionando,

era final do semestre letivo e estavam muito atarefados para conceder uma entrevista para a qual, no entender deles, teriam que procurar documentação, registros e fotos, que gostariam de mostrar.

Com uma rede de entrevistados inicialmente montada foram realizadas as primeiras entrevistas entre os meses de setembro a novembro de 2006. Neste primeiro contato, segui um roteiro mínimo, no qual a trajetória pessoal e profissional dos entrevistados foi contemplada, além de sua atuação no Sinpro/Rio e seu papel nos movimentos sociais durante o período da ditadura militar.

Cabe ressaltar que já tendo iniciado as entrevistas, encontrei sérios problemas em relação às fontes primárias escritas. Como relatado, os primeiros contatos travados com o Sinpro/Rio não foram promissores, mas, finalmente, a permissão para a pesquisa foi dada. Ainda assim, as fontes acerca da história do sindicato, naquele momento, estavam na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ), no departamento de microfilmagem e, portanto, inacessíveis para pesquisa. Ainda hoje, o material se encontra indisponível para consulta.

2.3- Os entrevistados

No período que compreende os meses de setembro de 2006 a dezembro de 2007 foram realizadas dez entrevistas. Segue abaixo, breve perfil dos entrevistados.

Francisco Roberval Mendes tem 64 anos, é ex-preso político, professor de história da rede particular de ensino e escritor. Em sua entrevista, relatou sobre sua origem, é baiano e veio para o Rio com a família aos 10 anos de idade; falou de sua vida como estudante, sua militância no movimento estudantil e a participação na formação

da Ação Libertadora Nacional (ALN). Atuou com militantes que estavam na clandestinidade até ser preso na Ilha das Flores e, posteriormente, exilado.

Robespierre Martins Teixeira tem 73 anos. Em sua entrevista, insistiu que sua participação sempre foi coletiva, não tendo, portanto, uma vida familiar ou individual interessante. Participou da direção do Sinpro/Rio durante muitos anos, se afastando há aproximadamente quatro anos. Membro do Partido Comunista, atuou com militantes que estavam na clandestinidade durante a repressão ditatorial. Foi professor de química do Colégio Pedro II e atualmente está aposentado. Hoje participa de algumas reuniões políticas, opinando em projetos de governo e artigos acadêmicos, quando solicitado.

José Livieto de Medeiros tem 63 anos. Cearense, veio para o Rio em 1964, após o golpe civil-militar. Participou de movimentos sociais em Natal e no Rio de Janeiro. cursou dois anos de agronomia em Natal, na Escola Agrícola administrada pelo Ministério da Agricultura, na época. Atuou na campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, dirigida pelo professor Moacir Góes. Graduou-se em química em 72. Ex-militante do Partido Comunista, auxiliou os companheiros que estavam na clandestinidade. Participou da diretoria do Sinpro/Rio de 1978 até outubro de 2005. Hoje é professor de química da rede particular e estadual de ensino.

João Jorge de Araújo Armênio tem 67 anos. Nascido no estado da Guanabara e formado em química pela Faculdade Nacional de Filosofia, hoje Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Terminou a licenciatura em química no Colégio de Aplicação da UFRJ em 1968. Atualmente é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CONTEE) e é professor da rede particular de ensino. Participou da direção do Sinpro/Rio de 1987 até 2005, tendo se sindicalizado na década de 70.

Adalgiza Burity Silva tem 70 anos de idade. Cearense, nascida no Recife, na cidade de Areias. Formada em Fortaleza, onde participou de movimento estudantil. Membro da União Estadual dos Estudantes (UEE). Começou a participar das atividades do Sinpro/Rio na década de 60, sem ser filiada, fato que só ocorreu em 1970. Esteve afastada do Sindicato no período de 1964 a 1990, por motivos familiares. Hoje é membro da diretoria executiva, atuando como 2ª secretária.

José Monrevi Ribeiro tem 79 anos de idade. Nasceu em Quixadá, no Ceará. Veio para o Rio em 1952 para fazer o curso superior de física, química ou filosofia. É formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em filosofia, com pós-graduação “lato sensu” pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado incompleto em filosofia pela Fundação Getúlio Vargas. Filiado ao Sinpro/Rio no ano de 1962, cuja nomenclatura era Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro, fez parte da diretoria do Sinpro/Rio na década de 60 após o golpe civil-militar. Assumiu a direção da entidade em 1978. Hoje é professor de filosofia do ensino superior.

Carlos Matheus, nascido em Itabuna/BA, tem 78 anos de idade. Formado em Letras Clássicas pela PUC/Rio e Filosofia pela Universidade da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), participou do Diretório Acadêmico até o golpe. Entrou para o Sinpro/Rio em fins de 1963 e se filiou à entidade. Participou, como vice-presidente, da chapa vencedora no período de 1965 a 1967. Hoje é aposentado sem participação política.

Rubim Santos Leão, 78 anos, nascido no Rio de Janeiro. Formado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia. Filiou-se ao Sinpro/Rio em 1978, participando da chapa que disputou a diretoria em 1981. Hoje atua como professor de História e

coordenador do Colégio Franco Brasileiro. É escritor de vários livros didáticos e paradidáticos, além de continuar militando no Sinpro/Rio e em partidos políticos.

Sebastião Rodrigues Fontinha Filho, 71 anos, nascido no Rio de Janeiro. Formado em História Natural pela Faculdade de Filosofia Ciência e Direito. Hoje é aposentado e ministra aulas particulares eventualmente. Escritor de vários livros paradidáticos na área de ciências biológicas para o ensino fundamental e médio.

Francisco Brossard, nascido no Rio de Janeiro, formado em Engenheiro Metalúrgico pela PUC/Rio e pós-graduado pela COPE na UFRJ. Filiado ao Sinpro/Rio no final da década de 70 participou da diretoria do sindicato na gestão de 1981. Hoje é professor da PUC/Rio, lecionando na área de engenharia e continua atuante no Sinpro/Rio.

Edla Silva das Virgens Merlitz, natural do Rio de Janeiro, 57 anos, licenciada em geografia pela UFRJ. Aposentada desde 1999. Hoje mora na Alemanha. Participou do movimento da categoria, mas não se filiou ao Sinpro/Rio.

2.4- Relatos

A seguir serão descritos fragmentos das entrevistas contendo aspectos relativos à memória coletiva dos militantes no que se refere à percepção sobre a atuação dos integrantes do Sinpro/Rio no período da ditadura militar.

O primeiro grupo de relatos se refere à atuação da ditadura militar em 1964 no Sinpro/Rio durante a ditadura militar.

“(…) Quando vem 64, você pega um grupo grande que estava no comando sindical, e esse grupo começa a ser atingido logo pelas cassações, pelo AI-1, o AI-1 cassa logo dois membros representativos do sindicato (…)” Sr. Robespierre

“(…) 64 vem e cassa essas figuras. É, as pessoas que militavam no Sindicato e na Federação, elas são levadas a um processo, a um Inquérito Policial Militar.... que se desdobra ao longo do tempo.(…)” Sr. Robespierre

“(…) durante a ditadura houve muita perseguição a diretores do sindicato, gente presa, gente perseguida, e a partir de certo momento o sindicato ficou meio que hibernando (…)” Sr. Bernardo

“(…) os professores não iam ao sindicato (….) uma vez convidamos Otto Maria Carpeaux (….) ele veio fugindo do nazismo, a polícia foi lá e acabou com tudo (….) Sr. Marcos

“(…) porque quando veio o golpe, o golpe em 64, voltando... as pessoas que participavam do movimento do Sindicato mais fortemente, a maioria foi presa, Hélio Marques, Bayard Boateux, ou foi presa ou foram impedidas de participar. Alguns foram cassados, cassados pelo Estado, cassaram a profissão, enfim, essas pessoas deixaram de participar (….)” Sr. Livieto

“(…) guardei muito material do sindicato, as coisas do sindicato que a gente não queria que os militares botassem as mãos, muitos professores foram banidos do Brasil, levados pro (sic) Chile, pra (sic) outros lugares e foi um período muito difícil, quem ficou no sindicato, ficava mais ou menos fazendo uma resistência, mas sempre com muito cuidado porque era um período, que você podia sumir e não aparecer mais (….) Sr^a. Adalgisa

No grupo de relatos abaixo, podemos verificar o papel de resistência do sindicato no momento de vigência da repressão militar.

“(…) Era de resistência, de resistência. Era, foi um período de resistência, de estar aberto pra ter minimamente como atuar, porém, se não tivesse sido dessa forma, teria sido fechado, então foi um período em que o sindicato esteve sempre na vanguarda da resistência, de, inclusive de ajuda uns aos outros, aos professores que foram penalizados, que não foram poucos, mas foi um período de resistência. (…)” Sr^a. Adalgisa

“(…) Teve um período então, que essa resistência, ela se sedimentou como uma resistência passiva. De deixar, e aí foi uma determinação mesmo, uma discussão mesmo que se travou, não deixar que a ditadura usasse o Sindicato como instrumento do “ame-o ou deixe-o”, “pra frente Brasil”, aquela coisa toda e isso foi conseguido (…)” Sr. Robespierre

“(…) elas deixaram outras pessoas que atuavam com menos freqüência, mas pessoas dignas deixaram lá dentro da diretoria e essas pessoas seguiam mais ou menos a influência política dessas pessoas que estavam afastadas, que se encontravam raramente, com mais dificuldades, mas aquelas pessoas seguiam mais ou menos a idéia do Sindicato combativo (…)” Sr. Livieto

“(…) o sindicato era naquele momento, um instrumento de resistência. Eu estava no sindicato, não porque era sindicalista (….) eu queria ver a revolução, a mudança da situação do país, a saída para o povo (….)” Sr. Carlos Matheus

“(…) esse sindicato aqui foi um dos primeiros a fazer passeatas, no período da repressão, foi desse sindicato. Eu não era da direção do sindicato (…), e a gente saiu daqui, entrou na Rua México, foi ao Largo da Carioca e voltou e entrou na Cinelândia. Até de me lembrar eu fico emocionado, porque eu cheguei na Cinelândia chorando, e o povo jogando papel (….) mas era muito complicado o processo. A repressão era muito

braba (...) existia gente querendo cassar professor (...) eles plantavam em sala de aula agentes, principalmente nas universidades (...) Professor João Jorge

A seguir, serão apresentados relatos onde os integrantes divergem quanto à atuação do sindicato. É importante ressaltar que, apesar da homogeneidade, essas divergências são poucas, mas existem. Dessa forma, estão expostas as opiniões contrárias quanto ao grupo que ficou no sindicato durante o longo período da ditadura.

“(...) lá pra 78, 77, 76 por aí, já nós tínhamos, já existia dentro do Sindicato, digamos, dois grupos: um pequeno grupo remanescente daqueles velhos que seguiam a política do partido e um grupo já de pelegos mesmo, que já tinha entrado mesmo na pelegagem (sic) e aí quando nós de fora chegamos ao Sindicato pra eleição, pra disputar a eleição e tal, já havia abertura suficiente pra gente atuar mais livremente, aí a gente encontrou o Sindicato assim, praticamente dirigido por dois grupos, um grupo remanescente, pessoas dignas, não tão combativas, mas dignas, pessoas que atuavam seriamente e um grupo de pelegos, então nos fizemos a chapa e eles racharam (...)”. Sr. Livieto

“(...) Não utilizava como um instrumento ativo, mas utilizava como elemento de um instrumento passivo. O Sindicato... ele não utilizava o Sindicato como instrumento político, mas com um viés, que não era um viés de confronto. Era o viés de impedir que fosse utilizado pela ditadura. Uma coisa, as pessoas tiveram muita dificuldade de entender a posição do [], porque era exatamente isso, o [], ele era o presidente do Sindicato, ele, tinha uma série de atividades que auxiliava as pessoas que tinham sido atingidas, e ao mesmo tempo, ele não fazia nenhum discurso em assembleia de “abaixo a ditadura”.... entendeu? Isso, mesmo mais adiante, não fazia, então, as pessoas achavam que ele estava, porque na verdade dava, tinha o problema assistencialista, o Sindicato tinha bem fixo, o Sindicato tinha uma Fazenda Mineira, o Sindicato tinha não

sei o quê, mudou de sede, comprou uma sede, as pessoas atribuíram a isso uma absoluta ausência de comportamento político.(...)”. Sr. Robespierre

A partir do que foi demonstrado, é possível confirmar a hipótese de trabalho de que o Sindicato manteve-se atuante no período da ditadura militar. Tal atuação pode ser compreendida como uma forma de resistência e, conseqüentemente, seus integrantes podem ser classificados como guardiões da memória, visto que os integrantes do Sinpro/Rio que foram entrevistados encontram-se na geração que nos dias atuais tem entre sessenta a oitenta anos.

Nesse capítulo foi apresentada a hipótese central da dissertação, ou seja, a memória coletiva, a memória individual e os guardiões da memória. No próximo capítulo, serão expostos aspectos metodológicos do tema.

CAPÍTULO III

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo serão abordados dados referentes à teoria da memória coletiva e individual, na visão de diversos autores que versam sobre o tema. Além disso, será demonstrado um conceito para sindicato, a importância da história oral e o método de recolhimento das entrevistas, assim como as fontes utilizadas no presente trabalho.

Conforme o exposto, entendemos que sendo o sindicato construído por indivíduos com interesses comuns, também entendemos o espaço sindical como lugar de construção de memórias individuais e coletivas. Assim, serão destacados a seguir, trechos da teoria de alguns autores que contemplam os temas citados.

Sobre a temática proposta, uma importante referência é Maurice Halbwachs (A Memória Coletiva, 1990), que defende o argumento de que a memória, por mais pessoal que seja, é sempre construída socialmente. Dessa forma, “toda memória é coletiva e está inserida nas relações destes indivíduos com os diversos contextos do dia-a-dia, através dos quadros sociais da memória, permitindo aos indivíduos se utilizarem delas para enfrentar os desafios do presente”. O termo “memória coletiva” será empregado neste trabalho a partir da definição de Halbwachs (1990), ou seja, toda memória é sempre um produto social e não individual, apesar deste conceito ser proposto a partir das lembranças dos judeus que sofreram as atrocidades dos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial.

Como mencionado anteriormente, estas memórias coletivas também são apropriadas pelas instituições que desenvolvem estratégias e projetos para controlar a forma de pensar de seus membros. Para tanto, é preciso que a associação de um indivíduo a uma instituição requeira cooperação e solidariedade. “A solidariedade

envolve indivíduos prontos para sofrer em benefício de um grupo mais amplo e sua expectativa de que cada membro desse grupo faça o mesmo por eles” (DOUGLAS, 1998:14). Para que este objetivo seja alcançado é fundamental que se trabalhe os anseios e desejos de cada um de seus membros a fim de que estes sejam os anseios da instituição, que não são somente um espaço físico, mas antes de tudo, um espaço social, onde a história se desenvolve e se atualiza.

Assim, entendemos que a memória faz parte de um processo de construção social, onde os indivíduos não estão sozinhos. Portanto, quando se pensa a memória do Sinpro/Rio através da atuação de seus militantes devemos compreendê-la a partir da relação estabelecida entre seus membros e entre estes e a sociedade e o Estado. Para Lovisolo,

A memória histórica ou coletiva repete-se, é fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classe, étnica ou das minorias, sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação. Valorizada, então, quer por sua participação na construção da identidade e da comunidade, quer pelo papel que desempenha no fortalecimento e emancipação dos fracos, ela não pode nem deveria ser esquecida (LOVISOLO, 1989:16).

Entendemos o Sinpro/Rio como um espaço físico e social onde as disputas e os conflitos estão permanentemente presentes, sendo lá que a história e a memória se encontram. Local formado por diversos grupos de pessoas que, ao mesmo tempo em que lutam por um objetivo, têm suas diferenças ideológicas, formando outros grupos e, portanto, outras memórias. Isto faz com que a memória seja múltipla e desacelerada por natureza, coletiva, plural e ao mesmo tempo, individualizada. Acreditamos ser fundamental mobilizar a subjetividade dos membros destas organizações no intuito de tornar homogêneo o espaço social, evitando projetos independentes e antagonismos de interesses. Este sistema de controle das instituições tem de ser implícito, para que perpassa como natural e, assim, se legitime.

Assim, parece que o que se busca é a idéia de que a divergência não existe - o que não nos parece possível - ou seja, os interesses e objetivos seriam os mesmos tanto para os membros quanto para as instituições. Esta assertiva é óbvia, quando se trata de um sindicato, visto que estamos falando de uma organização para fins comuns. De uma associação de membros de uma mesma categoria profissional que está em busca de melhores condições de vida e salário digno lutando contra o mesmo “inimigo”, que é o patrão, aquele que explora e se apropria dos direitos naturais dos trabalhadores. Portanto, cada um destes membros com seus pensamentos independentes tem uma estreita ligação com os demais, e o esforço coletivo é que faz com que seus objetivos sejam alcançados e beneficiem a todos.

Observemos o pensamento de Nora (1993), quando diz que “a memória emerge de um grupo que ela une”, e também de Halbwachs (1990), em sua fala “que há tantas memórias quanto grupos existem”.

Segundo Fleck, citado por Douglas, [1998, p. 26] “o indivíduo, no contexto do coletivo, nunca, ou quase nunca, tem consciência do estilo de pensamento predominante que, quase sempre, exerce uma força absolutamente compulsiva sobre seu pensamento, e com o qual não é possível discordar”. Desta maneira, a representação subjetiva de um bem comum regula as relações com os outros e com o mundo, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais, atuando ainda sobre os processos de desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades coletivas e pessoais em face dos grupos e nas transformações sociais.

Sabemos, porém, que as instituições não exercem um poder sobre seus membros como uma “entidade extrafísica”, elas não possuem opiniões próprias, pois são constituídas dentro de um coletivo de onde obtêm orientações e são conformadas. Nessas “comunidades”, há as interações pessoais que são mais vantajosas se agirem

pelo bem comum. Esta forma de pensamento – de bem coletivo – faz com que os sujeitos tenham a sensação de pertencimento e participação, de representação no social, conferindo-lhes identidade. Isso torna o processo de identificação e integração dos vários agentes com os mesmos propósitos e objetivos das instituições, independente das desigualdades sociais e políticas que estão presentes e são inerentes às organizações, principalmente as capitalistas. Desta forma, as instituições tornam os indivíduos “similares”, “uniformes” a partir de interesses múltiplos.

A idéia de hegemonia em Gramsci³ vem ao encontro do exposto. Para ele, a dominação de um grupo sobre o outro, não se dá simplesmente pela força física, há certo consenso na medida em que as classes dominantes utilizam o Estado para dominar e obter o consentimento junto à sociedade civil. Assim, o domínio se caracteriza por dois elementos fundamentais: a força e o consenso. O primeiro é exercido pelas instituições políticas e jurídicas e pelo aparato policial e militar; o segundo, pela cultura, através de uma liderança ideológica conseguida pela maioria da sociedade civil, formando, assim, um grupo de valores morais e regras de comportamento. Nesse sentido, o Estado nunca é pura força, nem pura violência, nem um grupo dominante não é somente dominador, como o que é dominado é eternamente subalterno.

Mas a instituição sindicato não tem somente o papel de coerção, controle ou, ainda, de tornar “similares” os seus membros. Ela também é um lugar onde a memória da história de seus associados está guardada. Ali estão registradas as experiências de luta, conquistas, negociações daqueles atores sociais que ao longo do tempo escreveram a sua história. É nela que a memória se consolida e este momento particular, é o momento da sua história. Esta memória registrada em relatórios, atas, fotos, jornais, serve para não deixar o passado se perder, ser esquecido. Nas palavras de Pomian, “toda

³ In: GRUPE, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

a ‘memória’ é em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada. [...] a memória é, em suma, o que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre mantendo-se no presente, com o passado”. (POMIAN, 2000: 507, 508). Esta é uma memória que podemos chamar de coletiva, que é construída por uma sucessão de memórias individuais, onde cada uma delas recebe as recordações das outras e as conserva em si mesma, como suas também, permitindo, assim, que cada indivíduo se identifique com o seu grupo. Daí Pomian falar de uma “memória coletiva e transgeracional” especificamente humanas.

Estas considerações são relevantes quando se trata de recuperar as impressões e sentimentos vividos pelos militantes da instituição, qual seja, o Sinpro/Rio. Não se trata de reconstruir o passado, mas, sim, de remontar no tempo as recordações e imagens, mesmo que estas se apresentem imperfeitas porque “o passado não pode, em circunstância alguma, ser simplesmente restituído na íntegra, e toda a reconstrução é sempre marcada pela dúvida”. (POMIAN, 2000: 508). Assim, acreditamos que este passado possa dialogar com o presente através da memória coletiva de seus atores políticos e sociais.

O sindicato, enquanto instituição, também está preocupado com as memórias engajadas politicamente. Não é qualquer memória que o interessa, e sim aquelas que servem de militância política, capazes de transformar, revolucionar e atender os objetivos de seus membros. Nesta medida, trabalhar o conceito de memória é de fundamental importância, pois esta é crucial nas vivências e percepções humanas. Entretanto, não queremos afirmar que estas memórias sejam estáticas, mas sim sujeitas a mudanças. E quando se pensa a atuação do sindicato, devemos compreendê-las a partir da relação estabelecida entre seus membros e entre estes e a sociedade e o Estado, num determinado período histórico. Assim, “a memória é sempre transitória,

notoriamente, não confiável e passível de esquecimento, em suma, ela é humana e social” (HUYSSSEN, 2000: 37).

Michael Pollak no livro *Memória, Esquecimento, Silêncio*, principalmente no que se refere ao conceito de memória enquanto construção política, e de esquecimento como um dos campos da memória nos sensibiliza particularmente com as “lembranças proibidas”, aquelas lembranças que foram guardadas no labirinto da memória.

Opondo-se a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas, indizíveis, ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (POLLAK, 1989: 6).

O corte temporal escolhido permite explorar estas “lembranças proibidas”. Para tanto, lançaremos mão da metodologia da história oral vinculando-a às trajetórias de vida dos entrevistados para podermos compreender como estes recordam e reconstruem suas memórias. Concordamos com o pensamento de Amado e Ferreira que,

A história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, [...] as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre o seu trabalho -, funcionando como ponte entre teoria e prática (AMADO & FERREIRA, 2005: xvi).

Como a história oral também remete às narrativas de experiências de vida, é fundamental a plena eficiência do contato pessoal entre o pesquisador e o entrevistado, pois

ela é relevante também para facilitar o entendimento de aspectos subjetivos de casos que, normalmente, são filtrados por racionalismos, objetividades e neutralidades, esfriados pelas versões oficiais ou dificultados pela lógica da documentação escrita que encerra um código diverso do oral (MEIHY, 1996: 28).

A história oral auxilia na compreensão de que toda narrativa é sempre uma construção, elaboração, seleção de fatos e lembranças. Assim, é sempre uma face dos acontecimentos e não o acontecimento em si. Não é o “resgate da memória”, mas a lembrança de fatos reeditados para o presente. São experiências de pessoas que se dispõem a falar sobre aspectos que marcaram de algum modo sua vida.

Como registro de experiências de pessoas vivas, expressão legítima do “tempo presente”, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática, pública e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento de sua apreensão e da eventual análise das entrevistas, ou mesmo no do estabelecimento de um texto. (MEIHY, 1996:18)

Outro motivo pelo qual optamos pelo uso da história oral foi que ela está vinculada com a política. Ela quase sempre propõe outra versão da oficialidade dos fatos, deixando uma marca de contestação e, assim, mostrando outras versões, é que as minorias ganham voz.

Para isso, observaremos com cuidado a questão da empatia e confiança que acreditamos serem imprescindíveis para a realização das entrevistas. Assim sendo, “interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar” (THOMPSON, 1990: 254), nortearam o estudo.

Para o recolhimento destas experiências pessoais, utilizamos como recurso técnico, gravadores portáteis, com entrevistas individuais, as quais foram abertas e tiveram como tema central a trajetória política e sindical desses indivíduos, em locais determinados pelos mesmos. Após as gravações, elas foram transcritas, impressas e revisadas pelo pesquisador e pelo entrevistado. As falas foram respeitadas na íntegra.

Neste trabalho, utilizamos como fonte primária escrita, todo o material impresso do próprio Sinpro/Rio, como atas de assembleias, boletins e jornais, além de registros jornalísticos, e as fotografias disponíveis sobre a época.

Tal pesquisa, portanto, pretende contribuir com diversos estudos já feitos acerca do impacto da ditadura militar nos movimentos sociais organizados e suas implicações na classe trabalhadora que constituía o Sinpro/Rio, dando subsídios para a compreensão das posições do sindicato nos dias de hoje, o que dá ensejo para um novo e rico estudo.

Nesse capítulo foram expostos conceitos referentes a sindicato, história oral e memória, tanto coletiva e individual, na visão de seus diversos teóricos. A seguir, faremos um breve estudo sobre o movimento sindical no Brasil.

CAPÍTULO IV

BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Neste capítulo, além de serem abordadas questões pertinentes à evolução do movimento sindical brasileiro, buscou-se destacar os principais acontecimentos da vida política do país, situando a classe operária brasileira e abrindo espaço para um posterior estudo sobre o tema.

Com a intensificação da industrialização brasileira a partir dos anos 20, as condições de trabalho do operariado urbano foram se tornando cada vez mais degradantes. Exaustivas horas de trabalho, insalubridade, exploração de trabalho infantil e, muitas vezes, castigos físicos faziam parte da realidade do operariado urbano. A industrialização e o aumento da urbanização trouxeram também novas relações sociais – patrões e empregados, empregados e governo - além do desafio de tornar positiva a idéia do trabalho, visto que “de um lado, porque se tratava de afirmar a dignidade do trabalhador, de onde decorreria a demanda por direitos, sem que se pudesse recorrer a um passado de tradições [...]” (GOMES, 2002:15). Era necessário apagar da lembrança social toda uma tradição de trabalho como ‘coisa de escravo’, triste herança de um longo passado-recente escravagista. Agora, com a vigência da República, era urgente organizar esses cidadãos no ‘mundo do trabalho’.

Formado por um grande número de imigrantes, brancos, negros, mulheres, crianças, operários, entre outros, esse contingente, heterogêneo e plural, começava a se desenhar na cena política social do país, ensejando uma difícil construção de identidade entre esses e o reconhecimento dos patrões e governo. Mas como tornar cidadãos pessoas que, na sua maioria, não tinham direitos políticos, como o voto, por exemplo? Cidadãos que não tinham uma educação básica? Que tinham também diferentes

influências ideológicas de organização como anarquistas, socialistas e, mais tarde, comunistas?

Através dos sindicatos, intensificaram-se as greves como instrumento de luta destes trabalhadores. Cabia a estes sindicatos, a tarefa de organizar esses trabalhadores, positivar a idéia de trabalho e formar uma identidade de classe. Desta forma, os trabalhadores encontravam uma reciprocidade nos seus interesses comuns, bem como daqueles a eles opostos, ou seja, os interesses dos patrões. Estes trabalhadores pretendiam melhores condições de trabalho, com menores jornadas e melhores salários, pois neste momento, como sabemos, não havia leis de proteção ao trabalho.

A organização sindical propriamente dita, tanto dos trabalhadores em geral, quanto dos que tinham cursos superiores - ao qual denominou-se chamar de profissionais liberais, - só vai ocorrer a partir do início do século XX. Segundo Mattos (2003: 8),

Como referência política para essas organizações e formas de luta estava à disposição dos trabalhadores brasileiros uma série de análises críticas da sociedade de classes e de propostas políticas de intervenção na realidade. Socialismo, anarquismo, cooperativismo, cristianismo social, mais adiante comunismo, entre outras propostas de transformação social ou colaboração de classes já haviam sido formuladas em outros espaços nacionais, e os trabalhadores brasileiros delas lançaram mão, adaptando-as à sua realidade.

Nas primeiras décadas da República, começa a se delinear um novo quadro no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes (1919), estes direitos começam a ter uma recomendação internacional.

É nesse contexto, que aconselhava o abandono dos princípios liberais e o início da intervenção do Estado em assuntos trabalhistas, que as primeiras leis sobre o assunto são votadas no Brasil. Entre elas estão: uma lei de acidentes de trabalho, de 1919; a formação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), em 1923; a criação de um Conselho Nacional do Trabalho, também em 1923; uma lei de férias, de 1925; e um Código de Menores, de 1926. (GOMES, 2002: 19).

É importante assinalar que estas leis estavam inseridas num clima de grande agitação popular por maior participação política da população urbana.

O jornal *A Voz do Povo*, fundado em 1890, com inspirações socialistas, começa uma tentativa de organização dos trabalhadores em torno de um partido operário. Saudando a República, o jornal conclamava a população em geral, “*os artistas, operários e trabalhadores que sabem ler e escrever*” a participarem do Partido Operário⁴, pois praticamente não existiam formas organizadas de trabalhadores, e o que tínhamos não passavam de clubes, associações, grêmios com objetivos assistenciais que reuniam trabalhadores do mesmo ofício. Portanto, os anos iniciais da República foram fundamentais para a constituição de uma consciência de classe e para as lutas dos trabalhadores por direitos sociais do trabalho.

A “Revolução de 30” trouxe alterações significativas na sociedade brasileira, com mudanças econômicas, sociais e políticas, principalmente. O Estado se tornou interventor, centralizador e “concessor”. Este Estado se arvorou o papel de protetor e conciliador, regulando as políticas trabalhistas e as negociações entre trabalhadores e patrões.

No primeiro governo de Vargas foi criado o “sindicato oficial”, cujo modelo estava descrito no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, (MTIC) criado no período de 30 a 34. No ano de 1931, foi criado o sindicato oficial, com “o decreto 19.770” que “intentou estabelecer as normas de controle estatal sobre os sindicatos, definindo o preceito da unicidade e da obrigatoriedade da legalização e reconhecimento das associações pelo Ministério do Trabalho” (JESUS, 1994:69). Desta forma, os sindicatos deste novo modelo deveriam funcionar em conjunto com o governo de forma

⁴ “Convite”, em *A Voz do Povo*, n. 4, 9.1.1890, p.1 in Gomes, Ângela de C. – *A Invenção do Trabalhismo*. p.40.

corporativista e única, rechaçando, dessa forma, toda e qualquer organização que insistisse em continuar independente. Como afirma Gomes (2002:25),

ao estabelecer o princípio de unicidade sindical, determinava que só poderia haver **uma** [grifo da autora] associação para cada ‘profissão’, e que todas elas deveriam ser reconhecidas pelo Estado, para então exercerem sua função social de “representação de interesses”. Ou seja, era porque só havia **um** [grifo da autora] sindicato por profissão que esse órgão podia representar com exclusividade essa profissão, tornando-se uma instituição de direito público que atuava junto ao Estado e sob sua regulamentação.

Assim, o governo atendia um desejo antigo dos trabalhadores: o de serem legalmente reconhecidos. Entretanto, reprimia a ação livre dos sindicatos uma vez que a estes eram proibidas as propagandas ideológicas políticas ou religiosas e apenas os trabalhadores sindicalizados poderiam gozar dos benefícios pretendidos da nova legislação.

Durante o curto período de democracia constitucional (1934 a 1936), as agitações operárias se intensificaram com greves e manifestações contra o fascismo e, conseqüentemente, contra o Integralismo. A Constituição de 1934 também inovou os direitos do trabalho quando aprovou o pluralismo e a autonomia sindical. Além disso, previu a instalação da Justiça do Trabalho, (que só veio a funcionar em 1º de maio de 1941) que, em última instância, tinha como objetivo arbitrar conflitos e realizar acordos entre patrões e empregados.⁵ Com o avanço das lutas sindicais, o patronato resolve abandonar a proposta de autonomia sindical, conclamando o retorno do controle por parte do MTIC, sobre os sindicatos.

Em novembro de 1935, houve o levante da Aliança Nacional Libertadora, que passou para a história como o Levante Comunista de 1935⁶. O governo já havia

⁵ Para maiores informações sobre a Justiça do Trabalho, ver Gomes, Ângela de C. – Cidadania e Direitos do Trabalho. pp. 31 e 32.

⁶ Foi uma insurreição político-militar, que não logrou êxito, promovida pela Ação Nacional Libertadora (ANL), fundada oficialmente em março de 1935, que congregava em quadro de filiados tenentistas, socialistas, comunistas e outras correntes descontentes com o governo. Com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo, tinha como programa básico da organização, a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos

decretado em 4 de setembro do mesmo ano, a Lei de Segurança Nacional⁷, que instalou o “estado de exceção ao criar mecanismos e tribunais especiais para os presos políticos”. Assim, “lideranças sindicais mais combativas estavam entre os principais alvos dessa legislação, e seu afastamento dos sindicatos – pela cassação, prisão, ou eliminação física – foi a principal garantia da desmobilização subsequente do movimento sindical”. Com receio das obscuras conseqüências desta lei, os remanescentes sindicais “tornaram-se submissos às orientações do Ministério do Trabalho e foram elevados à direção dos sindicatos” (MATTOS, 2003: 18).

O Estado Novo, implantado em 1937, criou uma Constituição que proibiu o direito de greve. Mas o novo governo se esforçou em criar inúmeras políticas públicas, como o salário mínimo, por exemplo, para atrair os trabalhadores e para que também pudesse legitimar o governo, apesar de ter aprovado, em 5 de julho de 1939, um Decreto-lei sob o nº 1.402⁸, que regulamentou a constituição dos sindicatos, consagrando o princípio da unicidade sindical. Assim, segundo Troyano, citada por Mattos (2003: 19), “Com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão”, estava explicado o motivo do controle sobre os sindicatos.

Desta forma, o caráter controlador do Estado vigorou durante o Estado Novo. O discurso trabalhista do presidente enfatizava a idéia de um Estado protetor dos trabalhadores e uniformizador das diferenças. Os sindicatos teriam sido “criados” por

pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular, deixando em aberto, porém, a definição sobre as vias pelas quais se chegaria a esse governo. Cf: Dicionário Político.

www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/alian_nacion_libert.htm

⁷ A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes sobre a ordem política e nacional. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial, os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso com o abandono das garantias processuais. Cf: CPDOC-FGV. “A Era Vargas. Anos de Incerteza (1930-1937) Radicalização Política.

⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De11402.htm

ele, Vargas, na figura do Estado, com o objetivo de apagar da memória coletiva a tradição de luta sindical que houve durante toda República Velha.

É importante destacar aqui, que existem diversos trabalhos que discutem estes tipos de sindicatos controlados pelo governo. Para Araújo (1998: xix), por exemplo,

[...] o projeto corporativo do Estado no pós-30 visava a incorporação política, sob controle, dos trabalhadores e não sua exclusão. Visto desta perspectiva, a política estatal voltada para os trabalhadores continha uma inegável dimensão positiva, em que pese os aspectos negativos de repressão e manipulação. Positividade que significa produção do consentimento, por meio do atendimento efetivo de uma parcela dos interesses concretos desta classe, como também de toda uma produção ideológica que, - interpelando os trabalhadores enquanto classe “econômica”, reconhecendo-os enquanto “forças produtivas da nação”, dotando-os de direitos, e concedendo-lhes canais de participação política -, teve conseqüências diretas sobre o processo de formação da classe trabalhadora [...].

Assim, Estado e classe trabalhadora estavam intrinsecamente ligados num jogo de dar e receber. Ainda nas palavras de Araújo (1998),

nos regimes corporativistas, como as elites governantes procuram organizar e mobilizar a classe trabalhadora para utilizá-la como base de sustentação política, a manutenção do regime implica a existência contínua de alguma forma de atendimento dos interesses deste seguimento (sic).

Com a participação do Brasil na Segunda Grande Guerra, ao lado do bloco anti-fascista em 1942, a sociedade passa por mudanças políticas significativas. Com o crescimento das oposições à ditadura do Estado Novo, Vargas promove alterações no seu regime de controle: reconhece o PCB - que havia colocado na ilegalidade -, anistia os presos políticos e organiza a criação de dois partidos para o apoiarem, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado a partir dos sindicatos controlados por ele, e o Partido Social Democrata (PSD), formado com o apoio dos interventores dos estados, além de convocar eleições para uma Constituinte. Enquanto isso, a, tímida ainda, oposição organizava a União Democrática Nacional (UDN). Mesmo assim, Vargas é deposto em 1945 e, nas eleições que se seguiram, o general Eurico Gaspar

Dutra foi eleito para a presidência pela aliança entre o PTB e o PSD com o apoio do ex-presidente.

Começava um breve período de reconstitucionalização política no Brasil, quando ocorreu a retomada das atividades sindicais. Houve a criação de vários sindicatos novos e um crescente índice de sindicalização. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), reorganizado, participa intensamente desta nova fase⁹. Cria em 1945, o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que tem como objetivo

desenvolver a educação democrática do proletariado, lutar pela liberdade sindical, estimular a sindicalização de todos os setores trabalhistas, apoiar as reivindicações gerais da classe operária e, principalmente, fazê-la compreender na prática as vantagens de sua unidade (MATTOS, 2003: 27).

Em setembro de 1946, teve lugar no Rio de Janeiro, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, que proclamava a autonomia sindical, com o fim do poder de intervenção e fiscalização do Ministério do Trabalho. Estes objetivos parecem não ter agradado muito ao governo principalmente com o número crescente de greves. Nos anos seguintes, Dutra volta a intervenções nos sindicatos, através do Ministério do Trabalho, pela repressão policial e pela limitação ao direito de greve.

O arrocho salarial de Dutra e a intervenção sindical geraram uma crescente oposição ao governo, que se estendeu até o segundo governo de Vargas, que o sucedeu. Com o discurso de continuidade da política social, Vargas pedia o apoio dos trabalhadores na “crença de que em algo denominado [...] comunidade os indivíduos podem colaborar desinteressadamente uns com os outros e construir um bem comum” (DOUGLAS, 1998: 36). Mas os trabalhadores queriam uma atuação autônoma, e não submissa. Centenas de greves ocorreram neste período, ficando para a história a Greve

⁹ Uma análise mais detalhada do período pode ser encontrada em SANTANA, M. A. (2001). Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil. Coordenação Ricardo Antunes. Col. Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo.

dos 300 mil, ocorrida em São Paulo no ano de 1953. Observa-se, assim, a retomada da organização do movimento sindical. Porém, o suicídio de Vargas dá um “golpe certo” no movimento, quando se “endeusa” a sua figura.

Este quadro democrático continua no governo de Juscelino Kubitschek, que assume a presidência em 1956. Com sua política desenvolvimentista, a indústria automobilística, em particular, fez crescer consideravelmente o número de operários industriais, pois trouxe à cena as entidades sindicais como participantes das políticas do país, aumentando, assim, o número de trabalhadores sindicalizados e intensificando as atividades sindicais com a mudança de diversas lideranças e com a eclosão de inúmeras greves, paralisações, e um expressivo crescimento do movimento sindical.

De uma maneira muito sintética, pode-se dizer que os anos JK não foram infensos à ocorrência de agitações na área do trabalho organizado. Houve greves que mobilizaram sindicatos fortes como os dos ferroviários, marítimos, metalúrgicos, bancários e gráficos, em algumas importantes cidades do país. Nenhuma, contudo, com as dimensões dramáticas daquela conhecida como a "greve dos 300 mil", ocorrida em São Paulo em 1953, ainda no governo Vargas [...] Ou seja, o que caracterizou os movimentos ocorridos durante os anos JK foi o fato de terem encaminhado demandas que, em geral, foram negociadas mesmo antes de chegar à Justiça do Trabalho. Mas houve greves importantes e muito tensas, como a chamada greve dos 400 mil, que aconteceu em outubro de 1957, no estado de São Paulo (GOMES, FGV – CPDOC).¹⁰

João Goulart, ainda quando presidente do PTB (1952 a 1954) e depois como ministro do Trabalho, Jango, se aproximou do PCB e das lideranças de esquerda, sobretudo das que tinham inserção no movimento sindical. O PCB, por sua vez, teve sua legenda cassada em 1947 (em 1945 conseguiu seu registro eleitoral), o que ocasionou uma mudança profunda na orientação do partido em 1949. As mobilizações do PCB “na conjuntura anterior, elas serviriam de base de apoio ao avanço do partido na estrutura sindical corporativa” (SANTANA, 2001:75); agora, a proposta era de radicalizar o

¹⁰Cf: GOMES, Ângela de Castro. O Movimento Sindical Urbano. In: Os Anos JK. FGV-CPDOC www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm

movimento político por meio da constituição de uma Frente Democrática de Libertação - que não deu certo – fazendo, assim, uma mudança na postura moderada que havia assumido na conjuntura anterior. Em 1950, o partido lança “o Manifesto de agosto” que, além de contemplar a proposta acima citada, coloca os sindicatos como “órgãos do Estado do governo burguês e latifundiário” (GOMES, 2007:81).

Em 1952, ao assumir a presidência do PTB, Jango aproxima o partido dos comunistas do movimento sindical. Assim,

de 1952 até março de 1964, comunistas e trabalhistas, juntos, praticamente controlaram o movimento operário e sindical brasileiro. Formaram inúmeras chapas e venceram várias eleições, em diversos dos mais importantes sindicatos do país. Também fundaram as inovadoras organizações intersindicais e organizaram um órgão de cúpula para todo o movimento operário: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). (GOMES, 2007:82).

Assim, foi com o movimento sindical “refeito e reestruturado” que Jango conviveu durante todo o período em que foi ministro do trabalho e vice de JK e Jânio Quadros, enfrentando inúmeras greves em importantes sindicatos do país e a “greve dos 300 mil”, em São Paulo, ainda no governo de Vargas, em 1953 e a dos “400 mil”, em 1957, também em São Paulo, já como vice de Juscelino na presidência da República. Nesse período, Jango negociou com os trabalhadores, mesmo antes das questões serem resolvidas pela Justiça do Trabalho.

É bom lembrar que na época, ser vice-presidente, não era uma simples posição. Além de poder ter sido eleito pertencendo à outra chapa, o vice assumia a presidência do Senado e ainda tinha a função de representação diplomática, o que lhe conferia um lugar de destaque no governo.

Assim, nesse clima favorável ao movimento sindical, importantes setores e políticos de esquerda, começam a articular questões nacionalistas que seriam a síntese

das chamadas “reformas de base”. Essas questões tratavam da ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo e da reforma agrária (Gomes, 2007).

Ainda como vice-presidente de JK, Jango experimentou duras críticas dos seus adversários. Por aproximar-se cada vez mais dos movimentos trabalhista e sindical, e com o PTB ocupando pastas estratégicas no governo (do trabalho e da agricultura), os movimentos organizados de trabalhadores, estudantes e baixa patente das Forças Armadas, discutiam e organizavam de forma mais efetiva as propostas da “reforma de base”. Assim, Jango era identificado como oposição ao próprio governo do qual fazia parte. Essa situação acabou por gerar um incômodo entre Jango e Juscelino, uma vez que este tinha como ministro da fazenda Lucas Lopes o qual decidira por seguir as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), que propunha medidas recessivas para o saneamento econômico brasileiro. Contrário às medidas da equipe econômica, Jango sugeria a aprovação urgente de medidas de caráter social, entre elas a reforma bancária e agrária e a lei de remessa de lucros, cujos objetivos eram distribuir melhor a renda, beneficiando, assim, os mais pobres. Medidas que iriam afetar diretamente as elites brasileiras.

Com o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, João Goulart, mais uma vez, ganha a vice-presidência nas eleições quando Jânio Quadros é eleito como presidente. Mas a passagem de Jânio Quadros pela Presidência da República foi rápida. Empossado em 31 de janeiro de 1961, tendo como vice-presidente João Goulart, teve um governo cheio de surpresas. Com muitas contradições políticas, enquanto “no plano interno, Jânio desenvolvia uma política considerada conservadora e alinhada com os Estados Unidos, sua política externa seguia os princípios de uma linha independente, aberta a todos os países do mundo”¹¹, procurando uma imagem de “homem do povo”, e

¹¹ PAULA, Christiane Jalles de. A Trajetória Política de João Goulart. O segundo mandato na presidência e a crise sucessória. Cf. FGV-CPDOC. www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm

prometendo um país moralizado. Afastando-se politicamente de seu vice, envia-o em missão comercial à China Comunista e, na tentativa de ter plenos poderes no Governo, Jânio Quadros articula um golpe de Estado através de sua própria renúncia. Como a tentativa foi frustrada, pois não encontrou apoio político na sociedade e nem em setores militares, acabou por deixar o cargo em 25 de agosto de 1961.

Começa a “batalha” para a posse de João Goulart. Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, assume o poder e aconselha ao Congresso o *impeachment* de Jango, ensejando dessa forma, um verdadeiro golpe de estado. Entretanto, diante da recusa do Congresso, cria-se um impasse político que levará a formação de um movimento político-social para a efetiva posse de João Goulart, liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que organiza a FMP, Frente de Mobilização Popular. Diversos setores da sociedade, como sindicalistas, estudantes, militares, Igreja, intelectuais e, ainda, alguns jornais, apoiaram o movimento pela legalidade Constitucional, ou seja, a posse de Jango na presidência da república. Dessa forma, com a crise estabelecida e temerosos de um conflito civil de grandes proporções, setores civis e militares propunham que Jango assumisse num regime parlamentarista.

Segundo Daniel Aarão Reis (2005: 22,23),

com a posse de João Goulart [7 de setembro de 1961] , retornou do passado uma sombra que parecia banida pela morte: a de Vargas. Nas condições internacionais aparentemente favoráveis então existentes, entre as quais figurava o sucesso da revolução cubana, o novo presidente fortalecido pela vitória do movimento pela legalidade, que lhe assegurou a posse, apoiado em um partido de massa em crescimento, o PTB, e, sobretudo pelo tipo particular de relações que entretinha com movimentos sociais organizados, poderia reunir condições de reatualizar a hipótese do projeto nacional-estadista.

A posse de Jango significava para os movimentos populares e de esquerda¹², inclusive o sindical, uma possibilidade de grandes realizações na área social e trabalhista. Porém, Goulart também herdou os problemas pelos quais o país passava. Uma série crise econômica e militar, exigências de pagamento de indenizações por parte do FMI pelas empresas nacionalizadas pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, além do contínuo crescimento da inflação. Enquanto se pensava que as “reformas de base” agora sairiam do papel, um movimento conspiratório civil-militar começava a tomar corpo, uma vez que setores da elite conservadora e grupos plenamente satisfeitos com o dinamismo *modernizante* da economia brasileira temiam que sua posição na sociedade pudesse ser abalada pelo *espectro* do comunismo representado pelo programa nacionalista de João Goulart, “herdado” de Vargas. Juntos a isso, a conjuntura internacional que “dividia o mundo em dois blocos antagônicos: capitalistas e socialistas”, frutos da chamada Guerra Fria.

Jango implementou alguns dos objetivos de seu programa, como o cancelamento das concessões de exploração de minérios de ferro em Minas Gerais ao grupo norte-americano *Hanna Company*, deu continuidade à política externa independente, ampliou os mercados de exportação com o restabelecimento de relações diplomáticas com países do bloco socialista e a União Soviética além de condenar a intervenção militar e as sanções que os Estados Unidos faziam à ilha de Cuba (GOMES: 2007).

As constantes pressões dos setores populares, como socialistas, comunistas, trabalhistas, operários, camponeses, estudante, entre outros, para a realização das Reformas de Base, as inúmeras ameaças de greve e as mobilizações sociais determinaram um panorama de instabilidade e agitação nacional.

¹² O termo “Esquerda” será entendido aqui como diversos grupos de constituições variadas, mas que desejavam e lutavam por modificações pontuais para o progresso social do país, e “Direita”, como grupo com constituição conservadora que lutava para manter sua posição privilegiada na sociedade.

Em junho de 1962 a situação começa a apertar. Nas eleições de 1962, o PSD e a UDN alcançaram vitórias significativas em importantes Estados como São Paulo, com Ademar de Barros e Rio Grande do Sul, com Ildo Meneghetti, e ainda havia Magalhães Pinto, em Minas Gerais e Carlos Lacerda, na Guanabara, sendo este opositor declarado de Jango. Entretanto, o PTB conseguiu uma ampliação nas cadeiras da bancada do Congresso, passando de 66 para 104 deputados. (Cf: GOMES: 2007 e REIS: 2005). Além disso, o plebiscito que decidiria se o parlamentarismo continuaria ou não foi antecipado. Previsto para ocorrer em 1965, com as pressões dos setores militares de esquerda e do movimento sindical, foi decidido em 1963, com a vitória do presidencialismo.

Saindo vencedor do plebiscito, Jango iniciou seu programa de governo com o Plano Trienal. Elaborado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento, seus objetivos visavam baixar a inflação e implementar as reformas de base pela via do Congresso, com destaque para a reforma agrária. Isso implicava alguns acordos com setores conservadores, dentro e fora do país, como o FMI, por exemplo. Ao mesmo tempo em que o Plano Trienal enfrentou críticas acerbas por parte das “esquerdas”, também encontrou por parte dos empresários que temiam a reforma agrária. Acreditamos que as pressões pela reforma agrária tenham ganhado força principalmente após a ida de Goulart ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em Belo Horizonte, logo após a sua posse, onde no discurso de encerramento, o líder das Ligas Camponesas do Nordeste, Francisco Julião, afirmou: “a reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (Gomes, 2007: 84). Isso, com certeza, apavorou os conservadores e latifundiários que viram um perigo

iminente da radicalização dos movimentos rurais e a “*ameaça vermelha*” no país. Nas palavras de Caio Navarro Toledo (2004:72),

na luta pela Reforma Agrária, as Ligas [camponesas] se associaram às demais organizações políticas progressistas do país, participando [...] de comícios, passeatas, manifestações no Congresso em defesa das reformas de base, em particular da Reforma Agrária.

Extensas reportagens, em revistas e jornais do Brasil e do exterior, informavam aos seus leitores acerca da ação e dos objetivos, subversivos e revolucionários, das *Ligas Camponesas* [grifo do autor]. O nordeste faminto e sedento, estaria a um passo de uma radical e violenta “guerra camponesa”, era a conclusão a que se chegava com as alarmistas reportagens da grande imprensa.

Dessa forma, por combinar medidas ortodoxas e progressistas, o Plano Trienal do governo recebeu inúmeras críticas e foi deixado de lado três meses. No governo de João Goulart, o movimento sindical encontrou o mais amplo espaço para as discussões político-sindicais. Apesar de sua relação com os sindicatos e os comunistas ter sido mais complexa do que tentamos expor¹³, Jango foi considerado por muitos como o presidente de maior proximidade com as lideranças sindicais do PTB e seus aliados. Prova disso foi a criação da Superintendência de Política Agrária - SUPRA, em fins de 1962, com o objetivo de levar a efeito as medidas sobre as questões referentes à reforma agrária, além da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural que ocorreu em 1963, sob a Lei Nº 4.214 - de 2 de março de 1963 - DOU de 22/3/63 - revogada posteriormente pelo decreto militar de Lei Nº 5889 de 08/06/1973¹⁴ -, que, pela primeira vez no país, contemplava, com medidas de proteção social, o trabalhador rural. Não podemos deixar de dizer que igualmente importante foi a organização do Comando Geral dos Trabalhadores, (CGT), criado em São Paulo, no ano de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores. Era uma instituição intersindical brasileira que tinha como objetivo orientar, dirigir e coordenar o movimento sindical brasileiro. Não

¹³ Cf. SANTANA (2001). Op.cit.

¹⁴ www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm

foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, mas foi fiel a Jango até a sua desarticulação pelo golpe civil-militar de 1964. Nesse momento - 1963 - já se acirravam as diferenças entre o PTB e o PSD, e as negociações no Congresso já se deterioravam e os movimentos sociais, nas cidades e no campo, multiplicavam-se e exigiam do presidente a realização das reformas de base. Ao mesmo tempo, grupos de direita criavam e sustentavam instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entre outros, para conspirar contra o governo. Nesse momento, San Tiago Dantas, político petebista e colaborador do governo, entra em cena para articular uma forma de propor as realizações das reformas de forma democrática, formando a Frente Progressiva de Apoio às Reformas de Base, ou seja, a esquerda “progressista”. Dantas pretendia, de uma só vez, “matar” três coelhos com uma só Frente: “retirar o presidente do isolamento em que se encontrava, sustar o processo de radicalização de direita e de esquerda em curso e manter a legalidade democrática” (GOMES, 2007:87). Mas parece que o governo de Jango já estava fadado a perecer, apesar de as lideranças sindicais não deixarem de apoiar e acreditar no governo, mesmo com os “ares” golpistas que já se faziam sentir. Assim, os grupos sociais (latifundiários, capitalistas, militares de direita) e os grupos políticos (UDN e mesmo PSD) começam a tomar suas posições. Brizola começa a atacar o governo, criticando os projetos de San Tiago e acusando o presidente de “conciliador”. Até mesmo a Igreja começa a manifestar sua tendência naquele momento crítico. Como afirma Reis (2004: 37,38),

[...] a Igreja Católica e sua cúpula institucional, a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, claramente tomavam partido por posições conservadoras. Tenderam a caracterizar nos movimentos populares uma conspiração, e uma dinâmica, *comunizantes [grifo do autor]*. O fantasma da revolução cubana assombrava [...]. Não se pode dizer que a Igreja, como um todo, derivou para posições de direita. Mas é fato que a Instituição, na grande maioria, e na cúpula, adotou posições de resistência às reformas e aos movimentos que as

defendiam. Não gratuitamente, logo depois da vitória do golpe militar, de março de 1964, a CNBB abençoaria, com sua autoridade, os vitoriosos.

Finalmente chega o ano de 1964 e, com ele, a virada social e política do Brasil. Com o confronto crescente entre esquerdas e direitas, Jango resolve tomar partido e anuncia um comício no dia 13 de março, tentando resgatar o apoio popular político que estava perdendo crescentemente e, assim, mostrar aos conservadores que ainda estava no comando. Começa, assim, a escalada do golpe. Segundo alguns estudos, entre os quais os já citados, mais de 200 mil pessoas se concentraram na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, para ouvir o presidente reafirmar sua decisão em realizar as reformas de base. Tocando no ponto crucial destas, que era a reforma agrária, anunciou a pretensão de fazê-la sem as indenizações aos latifundiários. Mas a reação conservadora não se fez de rogada, realizando no dia 19 de março a grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo, segundo cálculos da época, mais de 500 mil pessoas. Percebia-se para que lado a balança pendia e, com certeza, não era para o lado de Jango.

A crise se ampliou quando inferiores da Marinha de Guerra preparavam um ato público em comemoração ao segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e foram proibidos pelo ministro da Marinha de fazê-lo. Desobedecendo às ordens do ministro, eles realizaram um novo evento no Sindicato dos Metalúrgicos, o qual acabou virando um motim. O ministro, então, resolveu enviar uma tropa de fuzileiros para acabar com a sublevação, o que foi igualmente desobedecido. Renunciando ao cargo, o ministro abre uma discussão quanto à questão de disciplina e hierarquia. Com apoio do CGT e do novo ministro, Paulo Marcio Rodrigues, os marujos foram anistiados. Esse fato desencadeou uma onda de críticas acirradas contra o presidente, exigindo a volta da ordem e da disciplina militar. Para culminar a crise, Goulart prestigia com sua presença, a posse da nova diretoria da Associação de

Sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março, demonstrando que não se dava conta de que seu governo vivia suas últimas horas.

E o golpe tomou corpo. Na manhã de 31 de março, diversos jornais falavam em deposição do presidente.

O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, lançara um manifesto à nação, declarando o rompimento daquela casa com o governo e apelando para que as Forças Armadas intervissem no processo político para restabelecer a ordem legal. Jango também foi informado da movimentação das tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro (GOMES, 2007:194)

Jango até pensou em reagir, mas foi informado de que os Estados Unidos poderiam intervir para apoiar os conspiradores que, nesse momento, já eram declarados. O CGT veio em apoio ao governo, ordenando uma greve geral. Com a indecisão de Jango, seus opositores levaram a cabo seus projetos de golpe e, na manhã do dia 1º de abril, João Goulart viaja para Brasília, deixando “vago” seu posto para ser ocupado por Ranieri Mazzilli, e de lá, sem força e acuado, vai para Porto Alegre e se convence de que, se resistisse, poria o país numa guerra civil sem precedentes. Assim, contando com o apoio dos Estados Unidos, com parte da elite brasileira, com setores da classe média e das Forças Armadas, o golpe civil-militar foi efetivado em 1º de abril de 1964.

Com a consolidação do golpe, ocorreu um drástico retrocesso no movimento sindical brasileiro. Inúmeras lideranças, agora tachadas como subversivas, foram processadas, tendo seus direitos políticos cassados, intervenções nos sindicatos efetivadas, levando à clandestinidade e ao exílio muitas pessoas. A fim de conter o movimento organizado de trabalhadores, a ditadura contou com o apoio do empresariado nacional e estrangeiro, de políticos conservadores e de latifundiários.

Nas direções de alguns sindicatos foram postos interventores que, logicamente, apoiaram o golpe. Assim, os sindicatos foram esvaziados, perdendo muito de seus

militantes mais expressivos. Esta falta de representatividade era justamente o objetivo dos militares. Como nos lembra Santana, “a expansão do sistema corporativo vai atingir a área rural onde, fechando as Ligas Camponesas e intervindo nos sindicatos *combativos* [grifo do autor], o governo espalha sindicatos oficiais sob o controle de líderes aprovados previamente” (SANTANA, 2001: 145).

O novo modelo sindical imposto pela ditadura tinha o objetivo de apoiar “os feitos e sucessos” do “milagre econômico”. Estes sindicatos tinham como marcas “a ação exclusivamente assistencial e o discurso afinado com as idéias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva” (MATTOS, 2003:57). Este assistencialismo por parte do governo foi reforçado através de financiamentos em serviços assistenciais nos sindicatos, como consultórios médicos e colônias de férias, entre outros. Escreve Santana (2001:144) “por não propor manter relações próximas aos sindicatos e relegando-os ao papel de controle sobre os trabalhadores, o Estado corta o canal de acesso político que os sindicatos tinham no período anterior e reforça a lógica assistencial naquelas entidades”.

Enfim, entre avanços e retrocessos, perdas e conquistas, o sindicalismo brasileiro vai avançando até 1964, quando o golpe civil-militar decreta o seu esvaziamento e faz diminuir radicalmente a força que tinham nos momentos anteriores, até que, nos fins dos anos 70, o movimento sindical ganha novo impulso e participa ativamente da campanha das “Diretas-já”, movimento este que surge com a abertura “lenta e gradual” iniciada pelo governo militar em 1985. Apesar da emenda constitucional Dante de Oliveira ser derrotada, a transição para um estado democrático começa a ser feita pela via indireta no Parlamento, não sem a participação maciça de setores populares e sindicais, que volta a cena com toda força.

Neste capítulo, foram apresentados alguns dos fatos relevantes da história política e social do Brasil, bem como o resumo da trajetória do movimento sindical brasileiro. No próximo capítulo será feito um breve histórico do Sinpro/Rio.

CAPÍTULO V

O SINPRO/RIO

Neste bloco, serão expostos dados referentes à história do sindicato, bem como sua articulação com os principais movimentos políticos que ocorreram em paralelo à sua trajetória. Cabe ressaltar que boa parte dessas informações está contida na dissertação de mestrado do Professor Ricardo B. Marques Coelho¹⁵. Infelizmente, pelos motivos já mencionados anteriormente, não foi possível que essa história fosse escrita com mais detalhes até os anos 80, que é o corte temporal desse trabalho.

5.1- A organização do sindicato

A história do Sindicato dos Professores começa a se delinear no final da década de 1920, no Rio de Janeiro, quando os professores que trabalhavam nas escolas particulares recebiam apenas por aulas ministradas, sem nenhum direito a receber pelos feriados, dias festivos e períodos de férias escolares. É após a Revolução de 1930, que esse panorama começa a se modificar, “com a criação, no dia 31 de maio de 1931, no Rio de Janeiro – então capital do país - do primeiro sindicato de professores no Brasil” com o nome de Sindicato dos Professores de Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal. A organização dos professores, por meio de uma entidade classista, coincide com a decisão do Governo Federal em instituir o Registro de Professores, através do Departamento Nacional de Ensino, regulamentando a profissão.

¹⁵ COELHO, Ricardo B. Marques - O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro (1931-1950), defendida no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1988.

Durante cinco domingos consecutivos, de 25 de abril a maio de 1931, foi instalado na sede do Instituto Brasileiro de Contabilidade, situado na Rua do Rosário, 149, 1º andar, onde tiveram lugar as assembléias das quais resultou a fundação do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal. No curso Freycinet, de propriedade do coronel professor da Escola Militar Sinésio de Farias, foi instalada uma espécie de secretaria provisória onde os interessados poderiam procurar o professor Cornélio para fazer parte da corporação (COELHO, 1988: 27).

Na forma da lei sindical, a nova entidade não tomaria conhecimento de “questões de ordem sectária, religiosa, social e política”. Seus objetivos seriam basicamente amparar os interesses de seus associados e resolver as “dissidências entre professores e diretores”¹⁶. No quadro social, composto exclusivamente por professores do ensino secundário e comercial registrados (não era permitida a filiação dos que exercessem cargos administrativos ou de direção em estabelecimentos de ensino), deveria haver nunca menos de 2/3 de brasileiros natos ou naturalizados. A administração seria exercida por um Conselho Diretor composto por vinte associados eleitos anualmente em assembléia, dentre os quais seria indicada uma diretoria composta de presidente, vice-presidente, secretário geral e 1º e 2º tesoureiros.¹⁷

Em 1932 várias modificações ocorreram nos estatutos do Sindicato. Entre elas a ampliação do quadro para professores de todos os segmentos e graus de ensino, além da mudança do nome para Sindicato dos Professores do Distrito Federal.¹⁸ Nos primeiros quatro anos do Sindicato, as diretorias encaminharam diversas questões, tanto corporativas quanto de interesse geral da sociedade, tais como:

- Pagamento de 70% das taxas de exames destinados aos professores;

¹⁶ Cf. estatutos do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal, art. 1º e 2º. Arquivo do Sindicato dos Professores do Município do RJ.

¹⁷ Artigos 3º, 6º e 16º, in *ibidem*, *idem*

¹⁸ Cf. Assembléia Geral de 21/6/1932. Livro de Atas (1931-1937) Arquivo do Sinpro/Rio, in *ibidem*, *idem*.

- Regulamentação dos contratos de trabalho;
- Pagamento das férias;
- Discussão de um “Plano de Educação Nacional”, encaminhado à

Comissão que elaborou o anteprojeto de Constituição para a Constituinte de 1934. Este Plano defendia o ensino gratuito em todos os graus, primário obrigatório, caráter leigo do ensino público, liberdade de cátedra e obrigação do Estado em utilizar “25% do orçamento para a educação do povo”¹⁹. O êxito do SINPRO junto à categoria pode ser medido pelo contínuo crescimento do número de associados, que pulou de 46, em 1931, para 318 em 1932.

No ano de 1931 foi criado o sindicato oficial, cujo modelo estava descrito no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), pelo decreto nº 19.770, que “intentou estabelecer as normas de controle estatal sobre os sindicatos, definindo o preceito da unicidade sindical e da obrigatoriedade da legalização e reconhecimento das associações pelo Ministério do Trabalho” (JESUS, 1994: 69). A oposição à nova política sindical não se restringiu a área de influência dos militantes anarco-sindicalistas, comunistas e trotskistas, alcançando também a Igreja,

que foi frontalmente atingida pelo estabelecimento da unidade sindical e pela proibição de qualquer vinculação religiosa da parte dos sindicatos. Estas normas impediam virtualmente a existência de um movimento sindical de bases católicas, que já começara a se desenvolver e até então contara não só com o apoio, como com a proteção do Estado. (GOMES, 2005, p.163).

Se em um primeiro momento essa medida encontrou resistência por parte de algumas lideranças das associações de trabalhadores, que defendiam uma posição independente no interior do movimento operário, posteriormente, essa posição foi reavaliada. Com os rumos que seguia o país, de uma legalização e uma constituição, o

¹⁹ Cf. Jornal “Diário de Notícias” de 04/12/1932.

cenário parecia apresentar o momento propício para a retomada das reivindicações por direitos de cidadania.

Com a perspectiva de participação na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, muitos sindicatos buscaram seu enquadramento sindical, condição para o acesso aos benefícios da nova legislação e a participação por representação classista na Assembléia. Gomes (2002) lembra que “tal decisão não deve ser vista como mera adesão e submissão à proposta política oficial, mas sim como uma possibilidade de resistência ‘por dentro’, como se qualificou na época”. E que

é bom lembrar também que, para boa parte dos sindicatos de trabalhadores (como comunistas, por exemplo), o problema com o novo modelo sindical não era a proposta de unidade, pois eles também eram a ela favoráveis, mas a tutela do Estado, que cerceava a liberdade de idéias e de ação.

Na Assembléia várias vozes se levantaram proclamando a autonomia sindical, e, depois de muitas discussões entre Igreja, empresários e sindicalistas, um novo dispositivo foi incluído na Carta Sindical, no qual a liberdade dos sindicatos estava garantida.

Fortalecido, o Sindicato deixou, por volta de setembro de 1931, o Instituto Brasileiro de Contabilidade e mudou a localização de sua sede para a Praça Tiradentes em 1933; depois, em agosto do mesmo ano, para a Rua São José e, três meses depois, para o Edifício Odeon na Cinelândia. Hoje, sua sede funciona na Rua Pedro Lessa, nº 35, 2º, 3º, 5º e 6º andares no Rio de Janeiro com sede própria, além de sedes em Campo Grande, Barra da Tijuca e Madureira.

O magistério, ou pelo menos uma parcela dos seus componentes, recebeu favoravelmente o Decreto de nº 19.770 de 1931, sobre a criação do sindicato “oficial”. A chancela estatal não aparecia como fator restritivo, pois o que importava era o respaldo oficial, a legalização da entidade frente à sociedade e aos próprios

trabalhadores. Este decreto foi decisivo para a criação do Sindicato dos Professores, pois havia a expectativa de que o recém criado Ministério do Trabalho favoreceria a categoria. Entendemos que este reconhecimento não foi fruto simplesmente de um entendimento entre os seus membros, mas sim, um reconhecimento de que o momento era propício para uma conquista de espaço e legitimidade no cenário social e político que se apresentava. Afinal, era um momento de “dar e receber”.

Para Leôncio Basbaum, na época dirigente do Partido Comunista, nos primeiros meses de 1932, seu ponto de vista contrário à criação de “sindicatos de comunistas” foi vencedor, e nas reuniões do comitê central disse: “fiz valer o princípio de que nosso dever era estar nos sindicatos onde houvesse trabalhador”. (BASBAUM, 1976:116) É importante observar que se o enquadramento sindical impunha normas aos sindicatos e limitava sua autonomia, permitia também o acesso ao Estado, do qual os trabalhadores esperavam a fiscalização dos direitos e o atendimento das reivindicações salariais e trabalhistas sempre negadas pelo patronato.

Mesmo em se tratando de momentos e sociedades distintas, (Thompson fala da sociedade Inglesa no século XVIII), podemos perceber neste momento político a reflexão feita por Thompson sobre a lei. De forma geral, ele acredita que a lei, como instituição, pode ser um espaço de exercício de dominação, mas também de conflito, onde as disputas são regidas por regras que são utilizadas pelos dominados a seu favor. Fortes, citando Thompson diz: “a lei não pode ser localizada apenas no aparato judiciário e legislativo, mas aparece como componente intrínseco ao conflito (...). Por outro lado, ao invés de mecanismo de consenso, constituía-se no próprio campo onde o conflito social se desenvolvia”. (FORTES, 1995: 92/93). A fundação nos moldes legais e o reconhecimento oficial não livraram a nova organização da reação de alguns

colégios, que demitiram professores sindicalizados²⁰. Até 1933, o Sindicato teve um período de intensa movimentação.

No ano de 1934, o Sindicato assumiu um posicionamento mais crítico. Com a gestão do novo diretor, o jornalista e professor Manoel Paulo Filho²¹, a entidade se aproximou das forças de oposição ao governo federal, afastando-se da Federação do Trabalho e protestando contra a ação da polícia no Teatro João Caetano e na sede de vários outros sindicatos²². Além disso, ligou-se à Confederação Sindical Unitária Brasileira – organizada por sindicalistas comunistas fora da legislação oficial – e designou representantes para o comício da Ação Nacional Libertadora (ANL), em maio de 1935²³.

A mais nova e maior preocupação do Sindicato, neste período, foi a “organização de cooperativas de educação”, que eram “uma tentativa para conseguir dar aos professores uma forma autônoma de vida”²⁴. Elas funcionariam sob a direção da Prefeitura ou do Sindicato, que partilhariam as mensalidades pagas pelos alunos²⁵. Apesar do aparente abandono das questões entre patrões e empregados, o que pode justificar a não preocupação do governo federal com o Sindicato, este sofreu as conseqüências da influência de professores “de esquerda”, pois foi profundamente abalado após o chamado “Levante Comunista” de 27 de novembro de 1935, com a repressão policial. Citado por Coelho (1988: 33),

em dezembro de 1935, com o país em “estado de guerra”, foi classificado em matéria anônima no “O Globo” de “sindicato comunista”, sendo acusado de perseguir “os diretores de colégios que dispensavam professores extremistas”, levando-os perante “as Juntas

²⁰ No Boletim de 20/09/1993, consta o registro das demissões. Arquivo Sinpro/Rio.

²¹ A diretoria liderada por Manoel Paulo Filho foi eleita pelo Conselho Diretor em 15/6/1934. Cf. Assembléia Ordinária de 9/10/1934. Livro de Atas (1931 – 1937). Arquivo do Sinpro/Rio.

²² Cf. Assembléia Geral Extraordinária de 28/10/1934. Livro de Atas (1931 – 1937). Arquivo do Sinpro/Rio.

²³ Cf. Assembléia Geral Extraordinária de 26/05/1935. Idem, idem.

²⁴ Cf. Assembléia Geral Extraordinária de 06/10/1935. Idem, idem.

²⁵ O convênio da cooperativa foi assinado por representantes do sindicato e pelo Dr. Anísio Teixeira, diretor do Departamento. Jornal “Correio da Manhã” de 09/02/1937.

de Operários e Patrões” e de contar com “elementos de destaque nos meios comunistas desta capital.”²⁶.

Assim, após a renúncia de vários membros da diretoria, foi eleita uma nova Junta Administrativa para dirigir o Sindicato, (que se encontrava extremamente abalado com 50% da renda e apenas três sócios pagantes) na presença de um representante da Delegacia de Ordem Política e Social²⁷. O Sindicato, então, passou a funcionar na sede do Sindicato dos Vendedores Pracistas, Operadores Cinematográficos e Manipuladores, à Rua da Quitanda, 72, 2º andar²⁸ e, praticamente sem nenhuma ação, teve sua Carta Sindical cassada em 1937²⁹. Desta forma, as principais lideranças sindicais tiveram seus direitos cassados, foram presas ou simplesmente desapareceram fisicamente, ocorrendo, assim, a desmobilização do movimento sindical e, conseqüentemente, o retrocesso das lutas dos trabalhadores. Com receio das obscuras conseqüências da Lei de Segurança Nacional, os remanescentes sindicais “tornaram-se submissos” às orientações do Ministério do Trabalho e foram elevados à categoria de dirigentes dos sindicatos (os que hoje denominamos ‘pelegos’), o que pode vir a explicar a concessão da nova Carta Sindical em 1938³⁰, com o Sindicato, com uma Comissão Executiva liderada pelo Dr. Manoel Caetano Sipaúba, um ferrenho defensor de uma “integral colaboração com o governo”³¹.

A Comissão executiva foi substituída por uma Junta Governativa, nomeada pelo Ministério do Trabalho, com o pretexto de reorganizar o Sindicato³², o que caracteriza a intervenção. Apesar disto, o Sindicato reorganizou-se e mobilizou o professorado, sob

²⁶Cf. jornal “O Globo” de 06/12/1935.

²⁷ Cf. Assembléia Geral Extraordinária de 09/02/1936. Livro de Atas (1931–1937). Arquivo do Sinpro/Rio.

²⁸ Cf. Assembléia Geral Extraordinária de 09/02/1936 (1931-1937). Arquivo do Sinpro/Rio.

²⁹ Relatório sobre a gestão da junta Administrativa. Livro de Atas (1931-1937). Arquivo do Sinpro/Rio.

³⁰Cf. Assembléia Geral Extraordinária de 20/07/1938. Livro de Atas (1938-1946). Arquivo do Sinpro/Rio.

³¹ Idem.

³² Cf. Assembléia Geral Extraordinária de 30/10/1943. Livro de Atas (1938- 1946) Arquivo do Sinpro/Rio.

influência comunista estimulado pelo descontentamento da população em geral, e do alto custo de vida durante a Segunda Guerra Mundial. A Junta Governativa foi substituída, em julho de 1944, por uma diretoria liderada por Wladimir Villard que, apesar de dar continuidade ao programa da Junta, obteve, através de luta, o aumento real dos salários dos professores, o aumento do número de sindicalizados e o registro definitivo dos professores³³. Além disto, o Sindicato integrou-se ao movimento intersindical que cresceu com o fim da ditadura getulista, enviando delegados para o Congresso Sindical Nacional (setembro de 1946), do qual resultou a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB)³⁴.

Finalmente, em julho de 1947, reuniram-se, no Rio de Janeiro, diversos Sindicatos de Professores para a criação da Federação Interestadual de Trabalhadores em Ensino (FITEE), representando todas estas entidades para debater sobre a reforma do ensino secundário³⁵.

Assim, até 1950, podemos observar uma grande agitação no Sindicato. A sede foi para a Rua da Quitanda, 45, 4º andar; houve a aprovação de um projeto de Convenção Coletiva de Trabalho; as antigas reivindicações dos professores, como pagamento de férias, direito à legislação de proteção aos trabalhadores de assistência e previdência social, foram acatadas com o decreto de 2028 de fevereiro de 1940³⁶. O sindicato passa boa parte dessa década envolvido nas reivindicações de ampliação e manutenção dos direitos dos professores assegurados na “Portaria Nº 204”.

³³Boletim do Sindicato, nº 6, p. 24. Arquivo do Sinpro/Rio.

³⁴ Cf. As Assembléias Gerais Extraordinárias de 22/01/1946 e de 17/08/1946. Livro de Atas (1938- 1946) Arquivo do Sinpro/Rio.

³⁵Cf. A Assembléia Geral Extraordinária de 12/07/1947. Livro de Atas (1938- 1949) Arquivo do Sinpro/Rio. Em 1931 foi apresentada, pelo então ministro Francisco Campos, a primeira tentativa de organização do Ensino Superior brasileiro. A Reforma Campos decreto 19890 de 18/04/1931, como ficou conhecida, trazia entre seus principais pontos problemas vivenciados ainda hoje, como a defasagem do ensino secundário (atual médio) e a necessidade de um aprendizado colaborativo. In; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

³⁶ Decreto-lei nº 2028 de 22/02/1940, que dispõe sobre o Magistério Particular e as Leis Trabalhistas.

Em 1955, nova diretoria foi eleita (1955 a 1957), tendo como presidente o professor Bayard Boiteux. O sindicato passou a ser um local onde ocorreram diversas reuniões de diferentes categorias, que discutiam acerca de questões ideológicas e a constante busca pela melhoria nas relações de trabalho entre patrão e empregado.

Outra importante conquista para a categoria foi a criação da FITEE (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), em 15 de outubro de 1955. Reunindo cinco entidades sindicais dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e das cidades de Juiz de Fora, Niterói e São Gonçalo, sua base territorial da alcançava todo o Brasil, com exceção do estado de São Paulo. No começo de sua história, a FITEE teve um papel muito importante na organização de sindicatos em muitos estados do Brasil. Em 22 de maio de 1959, a Federação foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho³⁷ e, nesse mesmo ano, após deixar a presidência do Sinpro/Rio, o professor José de Almeida Barreto assume a presidência da FITEE. Pela ligação da Federação ao Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)³⁸ cuja "Fração dos Professores do PCB" funcionava na sede do sindicato, movimentos estes ligados ao Partido Comunista Brasileiro, na época na ilegalidade, a FITEE, encontrava-se constantemente observada pela Polícia Política, herança das leis de segurança nacional do Estado Novo.

Durante a segunda gestão do professor Bayard Boiteux (1959 a 1961), o sindicato esteve presente na luta pela autonomia sindical e pela manutenção do imposto sindical, maior fonte de renda das instituições. Iniciou um grande movimento de conscientização de seus associados, alertando para a importância do imposto sindical. E, ainda no ano de 1960, houve uma modificação no estatuto do sindicato que passa a incluir os professores de universidades, além de criar os cargos de 2º tesoureiro, bibliotecário e relações públicas, e a mudança de nome da instituição que passou a se chamar Sindicato dos Professores da Guanabara³⁹. Também neste ano é lançada "Revista do Mestre" que, junto a sua já publicação "A Folha do Professor", formavam os veículos voltados para a divulgação das conquistas e lutas da entidade, além de tratar de políticas para a educação; logo, de grande interesse para a categoria. Passando a ser local de cursos de capacitação para os seus associados, o sindicato consegue atrair um número maior de membros que discutiam questões referentes aos docentes e a eleições presidenciais que se aproximavam.

Ainda na década de 60, o sindicato dos professores se envolveu numa polêmica com o então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Este nomeou o jurista e professor Carlos Flexa Ribeiro para o cargo de Secretário de Educação e Cultura. Entretanto, sendo Flexa Ribeiro dono de um conceituado colégio localizado na zona sul da cidade, não era bem visto pela maioria da categoria, pois, na visão dos docentes, explorava e atrasava o desenvolvimento das relações de trabalho entre os professores. Em resposta a essa nomeação, o sindicato lançou um manifesto em publicações de grande circulação, apelando para o bom senso do governador.⁴⁰ E a questão continuou quando Carlos Lacerda, usando também a

³⁷ <http://www.fitee.org.br/hist.html>

³⁸ Reunião de Intelectuais progressistas formado no início de 1960, para juntamente com o CGT e a UNE, apoiar a formação de uma frente nacionalista pró-reforma de base. In: BUONICORE, Augusto. Comunistas, Cultura e Intelectuais entre os anos de 1940 e 1950. Revista Espaço Acadêmico, nº32, jan/2004.

³⁹ Boletim do Sinpro/Rio de 1960.

⁴⁰ Idem.

imprensa, atacou o sindicato, mais precisamente o presidente, Bayard Boiteux que, em sua opinião, era um grande simpatizante do regime comunista. Em contrapartida, Bayard Boiteux, num texto bastante agressivo, acusou Lacerda de "falta de patriotismo ao entregar a educação de seu estado a um homem que não valoriza a profissão docente".⁴¹ Em consequência, Carlos Lacerda moveu uma ação criminal contra Boiteux por injúria em órgãos de imprensa. Entretanto, esta briga não se estendeu e o governador Carlos Lacerda retira a ação; porém, mantém Flexa Ribeiro como secretário até 1965, quando este saiu para se candidatar a governador do Estado da Guanabara. Não sendo eleito no pleito, Flexa Ribeiro se elegeu, no ano seguinte, a deputado federal, pela legenda ARENA, partido do governo de então.

O cenário político em 1961 apresentava grandes agitações. João Goulart viaja para o Oriente e países do Leste Europeu e em sua comitiva se encontrava o professor Levy Borborema Pôrto, na época secretário do sindicato. Em agosto deste ano, o então presidente do Brasil, Jânio Quadros, renuncia ao cargo, abrindo uma grave crise política e constitucional para a posse do vice-presidente, no caso, João Goulart. Essa crise, largamente descrita pela literatura especializada, termina com a posse de Jango e, no mesmo ano, o novo presidente do sindicato, o professor Hélio Marques Silva, toma posse, para o período de 1961 a 1965. Em dezembro, ainda de 1961, é aprovada a primeira LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação), sob o Decreto Lei nº 4024. Entre outras determinações, essa lei garantia a existência de colégios religiosos (contrários aos que defendiam uma educação laica, gratuita e pública), a autorização para o funcionamento do ensino superior privado no Brasil, a responsabilidade pela elaboração dos currículos escolares passa a ser dos diretores das escolas, desde que respeitando os 180 dias letivos. Essas medidas levaram muitos colégios a demitirem professores e a eliminarem muitas matérias que foram consideradas eletivas.⁴² Em consequência, o ano de 1962 começou com grandes agitações para o sindicato que, em virtude das demissões e processos, envia a Brasília um documento contendo propostas que alterassem as medidas determinadas na LDB. Somando-se a isso, havia a crise econômica em que estava mergulhado o país e as dificuldades de conseguir empréstimos estrangeiros por que passava Jango. Com toda essa agitação, em janeiro de 1963, foi realizado o plebiscito que devolveu o país ao regime parlamentarista, dando a idéia de que as coisas, de fato, melhorariam para os trabalhadores com a implementação das tão esperadas reformas de base. O sindicato apoiou os movimentos grevistas que se espalharam pelo país para dar apoio ao presidente, inclusive o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba realizado entre os dias 28 e 30 de março de 1963, na cidade de Niterói.⁴³ No ano de 1963, também ocorreu a aprovação do Decreto Federal nº 52.682 de 14 de outubro, que instituiu, como sendo Dia do Professor, o dia 15 do mesmo mês.⁴⁴ Este Decreto não mudou muita coisa no que tange a valorização do professor. Os altos índices inflacionários, o descumprimento das leis trabalhistas, as demissões injustificáveis por parte dos donos das escolas continuavam e a categoria se ressentia. Assim, o ano de 1964 iniciou com vários sindicatos apostando no carisma e apoio de Jango, apesar de toda a movimentação contrária, por parte do Congresso Nacional, às realizações das reformas de base. É farta a literatura (Gomes, 2007; Reis, 2004, Ferreira, 2003) que nos descreve os dias que antecederam ao golpe civil-militar, que depôs João Goulart e implementou o estado de exceção no país. Sabemos que as principais organizações de trabalhadores foram atingidas e o movimento sindical estagnado. Sendo assim, o Sinpro/Rio posiciona-se de forma a não provocar um confronto direto com a ditadura, mas permanecer um espaço de luta e de resistência, como veremos no próximo capítulo.

⁴¹ Idem.

⁴² BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. In: "Interseções-Revista de Estudos Interdisciplinares". RJ, v.5, nº 2, p.277-301, dez.2003.

⁴³ Periódico "Folha do Professor" de abril de 1963. Arquivo do Sinpro/Rio.

⁴⁴ <http://www.senado.gov.br/legislacao>

CAPÍTULO VI

O SINDICATO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE MEMÓRIA

“A memória qualifica a imaginação, dá-lhe uma estrada, um horizonte, atribui sentido aos fatos, e isso nos transforma em deuses criadores das verdades em que queremos crer”.

N. Scott Momaday

Neste capítulo, trataremos de demonstrar o papel exercido pelo Sinpro/Rio, na visão de alguns de seus membros, como um lugar de resistência e memória, no período que escolhemos para o nosso estudo.

Podemos entender os termos espaço e tempo de diferentes formas. Não trabalharemos aqui o conceito de espaço como um local puramente espacial, sólido, definido por paredes frias e inanimadas, e nem de tempo como algo puramente da natureza, com dias, meses, anos, horas e minutos numa escala temporal objetiva. Para nós, espaço e tempo serão entendidos como conceitos sociológicos, onde a vida acontece e tem expressão social. Concordando com a definição de Harvey (1993), onde “o espaço e o tempo são categorias básicas da experiência humana”, assim entendemos que a gama de experiências que os indivíduos acumulam, individual ou coletivamente, é que formam o sentido de espaço e tempo que temos. Este espaço de significações, códigos e conhecimentos que nos faz construir a nossa identidade e um tempo de sentido histórico, político, onde um grupo de indivíduos deixou a sua marca.

O termo “espaço”, em si mesmo, é mais abstrato do que o de “lugar”, por cujo emprego referimo-nos, pelo menos, a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar histórico). É com esta assertiva que Marc Augé (2001), nos alerta para a diferença entre um lugar no seu sentido absoluto, e o significado deste lugar, como espaço de sociabilidade, simbolizado como um espaço de

experiências humanas. Assim, consideraremos aqui o espaço do sindicato, como um lugar antropológico, de referências para muitos profissionais que ali se encontravam, apesar das diferenças políticas, das opiniões, muitas vezes, contrárias, mas sempre lutando pelos interesses da categoria. Um espaço onde a identidade coletiva também era destinada à resistência. Como diz Castells (2001:25),

é provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a ‘essencialização’ dos limites da resistência.

E essa resistência e identidade se fizeram presentes mesmo nos primeiros anos da ditadura militar. Nas palavras do professor Robespierre,

você tinha em 64, duas forças políticas... fortemente presentes no sindicato. Eram os socialistas e os comunistas. Você tinha os conservadores, mas eles não tinham nenhum projeto que pudesse assumir o comando do sindicato [...] e de algum modo disputavam uma hegemonia, mas disputavam de maneira harmônica.[...] enfim, você tinha uma presença e uma gente que não era ligada a... nenhum dos dois partidos, mas que não tinham visão reacionária, tinham visão de somar... somar [...].

As palavras da professora Ana⁴⁵ confirmam que mesmo no período pós 1968, quando a ditadura recrudesciu, o sindicato,

era um espaço de resistência, estar aberto para ter como minimamente atuar, pra mim, se não tivesse sido dessa forma, acho que teria sido fechado. Então foi um período em que o sindicato esteve sempre na vanguarda da resistência, e... inclusive é...ajudando uns aos outros professores que foram penalizados, o que não foram poucos, mas foi um período de resistência [...].

Com estas palavras, podemos observar que, apesar das diferenças, o sindicato representava um lugar privilegiado naquele momento histórico. Não é novidade que o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 tinha diversos objetivos. Entre eles, acabar com as organizações de trabalhadores, perseguir lideranças sindicais, estudantis e

⁴⁵ Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2007.

intelectuais, que pudessem se opor ao seu projeto político de impedir as mudanças de cunho social do governo de João Goulart. Mas, mesmo após o golpe, continuou existindo uma mobilização popular em torno de propostas políticas e sociais, não só dos estudantes, artistas e intelectuais, mas também de trabalhadores que continuaram sua resistência dentro de seus sindicatos. Este também foi o caso do Sinpro-Rio, que teve suas atividades políticas estagnadas, quando suas principais lideranças foram cassadas e afastadas da vida sindical. Nas lembranças do professor Robespierre,

quando vem 64, o grupo que estava no comando da vida sindical passa a ser atingido logo pelas cassações, pelo AI-1. O AI-1 cassa logo algumas figuras representativas, que eram, Bayard uma delas, Hélio Marques outra, Hélio Marques, se não me falha a memória, no momento era presidente, [...] as pessoas que militavam no sindicato e na Federação⁴⁶, elas são levadas a um processo, a um Inquérito Policial Militar.... que se desdobra ao longo do tempo.

Foi neste espaço da rua, no espaço sindical, que a luta se desenrolou e resistiu. Como nos adverte Da Matta, (1986) “falamos da ‘rua’ como um lugar de ‘luta’, de ‘batalha’, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades”. E este espaço de luta, de batalha, resumido no espaço sindical efetivava-se no Sinpro-Rio, onde, apesar das cassações e da possibilidade, sempre constante, de ser fechado pela ditadura instaurada, as ações e as preocupações políticas e sociais continuavam. Lá se discutiam os rumos do país, as reivindicações da categoria, e a ajuda aos membros atingidos pelos diversos Atos Institucionais. As pessoas

foram apoiadas sim, em alguns momentos financeiramente, em outros momentos formalmente. Os que continuavam com emprego, estavam sempre ajudando... e num determinado momento formalmente pelo sindicato com apoio jurídico, que você teve contratação na época, pelo sindicato, de advogados [...] como, por exemplo, Sobral Pinto, Evaristo Moraes, Marcelo Alencar [...] Raul Lins [...]. Então, mas isso tudo você teve a presença, um apoio grande da diretoria do sindicato.⁴⁷

⁴⁶ Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (FITEE), com sede no Rio de Janeiro que reunia Sindicatos de Professores de vários Estados. Entrevista concedida a autora em 2 de novembro de 2006.

⁴⁷ Entrevista concedida em 2 de novembro de 2006 pelo professor Robespierre.

Mas esse caráter solidário não se restringiu somente ao apoio jurídico. Parece-nos que era importante para aqueles que continuavam no sindicato apoiar os militantes e familiares em dificuldades em virtude das demissões de seus empregos, aposentadorias compulsórias, prisões, para que as pessoas pudessem se manter minimamente. Lutar para manter a coletividade dos professores em condições dignas de sobrevivência. Afirma-nos o professor Robespierre,

essas pessoas que estavam na diretoria do sindicato, elas assumiam esse... compromisso de fulano ta precisando, o filho de fulano ta sem escola, fulano tal, tal, então assumia essa assistência social daquele conjunto atingido. Fulano tá sem dinheiro, [...] fulano tá vendendo livro, então vamos comprar dele, tal... essas coisas assim.

O próprio Inquérito Policial Militar (IPM)⁴⁸ do professor Robespierre Martins, que gentilmente nos concedeu uma cópia, nos fornece subsídios para que possamos afirmar que o Sinpro-Rio, já em 1964, foi alvo de perseguição e tentativa de desarticulação de suas lideranças. No relatório do IPM, a concepção do major encarregado, Cleber Bonecker, era de que tanto o sindicato, na época com a designação de Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro, quanto a FITEE, eram locais onde se praticavam atos que colocavam “em perigo a Segurança Nacional, como peças que eram de uma engrenagem de caráter subversivo, cujo *desideratum* seria conseguido, mediante permanente agitação das massas, em especial, entre os professores e estudantes”. Mais adiante, ele ratifica o caráter “subversivo” do sindicato e da FITEE, alegando que,

essas Entidades(sic) mantinham íntimo e permanente intercâmbio com Associações e grupos, Nacionais e Estrangeiros, legais e ilegais, de orientação nítidamente (sic) marxista-comunista que fomentavam a implantação do comunismo em todo o mundo de tal maneira súpil (sic) e ardilosa que conseguiam, por vezes, iludir até pessoas de melhor formação cristã, usando para tal, de uma terminologia elástica, como vocábulos: nacionalista – progressista – solidariedade humana – solidariedade profissional etc. [...].

⁴⁸ Veja cópia do relatório do Inquérito Policial Militar nas páginas em anexo.

Acontece que estes professores tinham uma identidade de resistência que, como afirma Castells (1999), seria uma identidade

criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].

É importante verificar que, apesar da grande repressão que se fez a partir de 1964 e recrudescceu em 1968, na memória de alguns militantes dessa época, o sindicato continuou com suas atividades normais, ou quase. Mas as cassações fizeram com que a entidade sofresse um revés bastante significativo acerca da presença dos membros em sua sede. Em entrevista com o professor Carlos Matheus⁴⁹, ele lembra que “quando eu *tava* lá, houve a assembléia salarial, de aumento salarial [...] aí a assembléia foi com dois professores. Era o final dos tempos, as pessoas tinham medo, não iam ao sindicato só se fosse necessário”. Mas o sindicato continuou com a proposta de levar os professores para o seu espaço e, para isso, diversos recursos foram utilizados. Na vigência da diretoria do professor Affonso Henrique Martins Saldanha, no biênio 1967/69, o sindicato inova levando para a sua sede a presença de artistas iniciantes, pintores renomados e professores, para ministrar cursos de interesses da categoria no afã de manter a entidade “viva”. Nas lembranças do professor Marcos, na época membro efetivo da diretoria,

a gente começou criar atividades. Aí a gente convidou o Carlos Vereza, ator que estava começando e aí ele fez uma peça lá [...] nessa época, toda juventude assim estava mais ou menos ligada ao Partido Comunista, eu era simpatizante do Partido Comunista e o Vereza também, aí o Vereza foi, de graça, aí a gente conseguiu colocar umas três ou quatro pessoas para ver o Vereza. Depois foi o Germano Blum, que era pintor e amigo nosso, foi dar uma palestra para os professores, aí fomos convidando os professores [...] o Germano fez uma palestra sobre a arte moderna, com projeção de *slide*, com poucas pessoas [...] aí eu disse: precisamos dar um jeito de trazer gente para o sindicato. Aí eu conheci o Otacílio, que era do curso ADN, Miguel Couto, o

⁴⁹ Entrevista concedida em 3 de julho de 2007.

Otacílio era professor de biologia, e foi na época assim, da explosão dos cursinhos, das pessoas se prepararem para o vestibular, tinha aquele problema dos excedentes, passava mais gente e não tinha vaga, então os cursinhos tinham uma idéia assim eu convidei o Otacílio pra fazer uma palestra lá, sobre biologia aí o Otacílio foi e ficou cheio [ênfase do depoente] o sindicato, mas era só alunos (risos) e não adiantava nada. Também o curso era ali na Cinelândia.

Aí a gente bolou, assim, fazer curso que desse diploma, aí nós organizamos um curso com Lauro de Oliveira Lima, aí Lauro de Oliveira também estava em evidência [...], aí Saldanha entrou em contato com a Secretaria de Educação, então o sindicato se viu no direito de dar um documento de que a pessoa tinha freqüentado aquele curso. Aí os professores foram para o sindicato porque estavam interessados. Aí eu convidei o Sergio Guerra e Pascoal Leme, para fazerem palestras sobre educação, aí os professores iam, e a gente conseguia dar uma certa movimentação ao sindicato [...]

Não parece difícil notar que do ponto de vista sociológico, a identidade de um grupo é algo construído, e a identidade a qual nos remetem esses membros do Sinpro-Rio, não foge a regra. Mas essa identidade é puramente simbólica, pois os associados, como já foi dito, no momento imediatamente após o recrudescimento da repressão, não freqüentavam o seu espaço por medo da violência vigente; logo, não podiam efetivamente moldar algo que é coletivo sem a coletividade. Sabemos que essa matéria-prima usada para a construção dessa identidade de resistência é fornecida pela história, pela memória coletiva e por desejos pessoais e leva à construção de uma imagem de grupo unido e resistente, mas que na verdade estava unido nas lembranças de alguns membros, e não efetivamente na realidade, uma vez que o medo era o contraponto de negação dessa resistência. Dessa forma, era o que impedia que a coletividade se firmasse e se organizasse no espaço/tempo do sindicato. Assim, acreditamos que a construção da identidade e da resistência que se faz presente nas falas desses membros, é produto de um contexto marcado por relações de poder, em que os indivíduos construía suas *memórias subterrâneas* em condições sociais desvalorizadas e oprimidas socialmente pela classe dirigente do país naquele momento específico. Mas nas lembranças desses depoentes, era importante manter o espaço como modelo de

resistência, de identidade e, acima de tudo, livre de influências externas. Para o professor Marcos, o sindicato no pré 78 não esboçava

nenhuma ação política mais agressiva como as que [] e eu participamos na década de 60, eram lutas normais, de manter os interesses dos professores e manter o sindicato vivo [...] eles mantinham o sindicato com todas as funções, e davam toda cobertura as pessoas progressistas. Sempre solidário com os movimentos sociais, participando, tinha manifesto?, reunião de intelectuais?, o sindicato estava presente. Tinha que assinar algum manifesto contestando qualquer coisa da ditadura?, o sindicato estava presente, eles não tiveram aquela posição agressiva de tentar construir atividades comunistas dentro do sindicato, não, mas sempre solidários com as medidas que levavam à anistia [...] a retomada democrática no país. Eles sempre fizeram isso, tanto o Monrevi, como o Carneiro.

As assembleias extraordinárias não aconteciam mais, pois não havia espaço para isso, mas as assembleias ordinárias sim. Para o grupo dirigente era importante que as ações fossem feitas de forma a não chamar a atenção para o Sinpro-Rio para que este não fosse alvo de uma intervenção direta ou mesmo tivesse o seu fechamento decretado. Para isso, era preciso agir cautelosamente.

O sindicato ficou com o compromisso, depois da saída desse pessoal todo, com o compromisso de manutenção do Sindicato como não instrumento da ditadura, esse era o compromisso maior é, não permitir que o sindicato fosse usado para aquela política da ditadura na área de educação, tivesse um ponto de referência no... movimento social. E isso foi conseguido durante todo o tempo. Tem uma coisa aqui... uma... eu não diria concessão, mas um não confronto aqui, um outro confronto ali [...] então você teve uma série de medidas nessa hora que garantia o sindicato, como não instrumento do “ame-o ou deixe-o”. O que vigorava muito na época.⁵⁰

Acreditamos, portanto, que o Sinpro-Rio teve um papel fundamental no período pós-68. Enfrentou a ditadura com os instrumentos possíveis, preservando o espaço do sindicato sem perder suas características de luta e sem ter o mesmo destino de muitos sindicatos e grupos que foram desbaratados e/ou fechados com os aparatos “legais” e

⁵⁰ Entrevista concedida em 2 de novembro de 2006 pelo professor Robespierre Martins Teixeira.

violentos da ditadura. Em uma entrevista, o professor Monrevi⁵¹, antigo dirigente do Sinpro-Rio, nos fala desse momento. Assim se expressa,

o sindicato estava na defensiva, porque era proibido fazer qualquer manifestação política,... é por isso que o Teixeira foi cassado, que era presidente, o Saldanha que foi presidente foi cassado, o Hélio que era presidente foi cassado, o Matheus chegou a assumir a diretoria por um período, mas também foi cassado, respondeu a esse processo de 24 intelectuais e o sindicato estava numa situação de defesa... mas firme, defendendo a categoria, fazia o que era possível. O Carneiro, Luiz Gonzaga Carneiro, entrou... quando o Barreto foi cassado, Bayard foi cassado, Teixeira foi cassado, Hélio foi cassado, Matheus foi cassado, todos, Saldanha. O Luiz Gonzaga Carneiro ficou como presidente, então ele ficou com a incumbência, ocupando vaga, mantendo a situação existente, não podia fazer greve, era proibido fazer uma greve era a coisa mais difícil que tinha, não podia fazer movimento social, senão era cassado também e o Sindicato fechado... e o Sindicato ficou numa espécie de defesa, de manutenção da própria instituição. Foi muito difícil, muito difícil também. Pra um grupo ativo, foi muito difícil. E eu, fiquei como vice-presidente, não podia fazer muita coisa.

Por isso, acreditarmos que o Sinpro-Rio, além de exercer um papel fundamental para os seus militantes e toda a categoria, num momento de severas dificuldades da vida política brasileira, é hoje um espaço de memória, identidade e local de resistência na lembrança de alguns de seus militantes. Um espaço que continua atuante, apesar de enfraquecido quanto às lutas políticas, pois muitos são os empecilhos que hoje dificultam um efetivo exercício do papel do sindicato, como o crescente número de membros inadimplentes, saídas de militantes, dificuldades na filiação de novos membros, falta de credibilidade no movimento sindical, na política brasileira, alto índice de desemprego, grande pressão patronal e, no caso específico do Sinpro-Rio, um crescente descontentamento dos membros, principalmente os mais antigos, quanto à orientação política seguida pela entidade. Essa crescente oposição, em conversas informais em nossas visitas ao sindicato, tem demonstrado que a vida política da entidade está crescendo e que a expectativa acerca das eleições de outubro próximo é grande, esperando-se uma grande mudança dos quadros da entidade.

⁵¹ Entrevista concedida em 15 de janeiro de 2007.

Apesar deste espaço de lutas, a solidariedade era constante, a ajuda mútua permanente, para que o sindicato continuasse com sua função de resistência e luta pelos direitos dos professores. Ainda nas palavras do professor Robespierre,

O sindicato foi durante um período, durante muito tempo um ponto de referência, um ponto de encontro dos professores que reivindicavam, que lutavam, era um ponto de permanente discussão as pessoas estavam sempre lá presentes discutindo as questões nacionais, o comportamento do governo militar, com algumas divergências inclusive, inclusive algumas medidas, como, por exemplo, quando vem a questão das [...] 200 milhas marítimas, foi travado uma discussão grande lá, dois grupos a favor e contra [...].

É comum, nas entrevistas, se ouvir, do grupo de oposição, que no sindicato, naquela época – entenda época do nosso corte temporal, ou seja, década de 60/70 –, não havia influência de partido político. Havia membros com posições políticas, mas não havia partido político dirigindo o sindicato como há hoje.

Constantes são as críticas acerca da influência partidária no sindicato hoje, apesar de uma certa contradição em alguns membros assinalarem que no passado essa influência não existia. Em entrevista, o professor Livieto⁵², membro da chapa vencedora das eleições de 1978/1981, 1981/1984 e 1984/1987, é categórico em negar, quando questionado quanto à influência política do PCB no passado da entidade, dizendo:

Não, nunca, nunca [...], tinha alguns que sim e outros não, uns eram. Eu por exemplo, fui militante do Partido Comunista [...], tinha alguns que tinha participação, o próprio Francílio, ele também tinha participação, já foi do Partido, e também saiu, mas o que eu digo era o seguinte, a gente era do Partido, quer dizer, as pessoas eram do Partido, mas não se fazia a política dirigida pelo Partido, certo? A nossa política era muito independente, o sindicato não era uma entidade de partido, era uma entidade bastante democrática, a gente se entendia bem claramente nisso, era um espaço de todos fazerem política, e não de um determinado grupo, mas sempre com uma predominância de pessoas leiga, de pessoas que não eram de Partido [...].

⁵² Entrevista concedida em 13 de outubro de 2007.

O professor Livieto também justifica seu afastamento do sindicato, argumentando acerca da questão da oposição à orientação político-partidária presente atualmente na entidade.

[...] com a última diretoria que a gente rachou. Porque até então nós tínhamos um princípio básico que era a da não partidização do sindicato, nós admitíamos que o sindicato era uma entidade política, mas não podia pertencer a um partido, de maneira que não admitíamos a partidização dentro do sindicato. Os diretores eram livres, poderiam até pertencer a partidos, mas a política do sindicato não poderia ser dirigida por um partido, o sindicato não era uma coisa que pertencia a um partido, isso foi uma coisa bastante discutida ao longo da nossa carreira toda, e fechou muita questão em cima disso, para montar chapa [...].

Também o espaço físico do Sinpro-Rio sofre, hoje, críticas por parte de alguns de seus membros que não se sentem mais a vontade para estar/frequentar a entidade como outrora. Alegam que o espaço hoje é “frio”, sem a presença dos professores que iam lá para ler o jornal, bater papo e “jogar conversa fora”.

[...] você chegava lá e queria conversar fiado, eu dizia: você quer conversar fiado?, vai lá pro salão com jornais, lá que é lugar pra jogar conversa fora, aqui não, aqui é a comunicação social, mas minha porta toda aberta. E depois que perdi as eleições, quando voltei lá, na comunicação social, fui fazer não sei o quê, pegar não sei o quê meu, fiquei espantado, o que é isso? [responde algum funcionário] Ah, o professor mandou fechar, fui falar com a diretoria, [fala de um funcionário] ah, não, a ordem agora é fechar. Aí foi fechando, fechando, hoje o professor não tem mais lugar no sindicato pra ficar, só tem corredor [...] e as atendentes, são ótimas as meninas, são educadas, mas eu me sinto num Banco [...].⁵³

Em entrevista com o professor Francisco Brossard⁵⁴, que disputou a diretoria no ano de 1981, observamos a crítica acerca do tempo de permanência da atual diretoria do sindicato.

Bom, eu não sei se você sabe, mas na última eleição [2005] eu fui candidato a presidente pela chapa de oposição, a diretoria se dividiu, dois terços da diretoria formaram uma chapa e um terço formou outra chapa. Então eu participei dessa outra chapa, como candidato a presidência. Por dois motivos principais. Um, é que o presidente

⁵³ Entrevista concedida pelo professor Sebastião Fontinha em 29 de fevereiro de 2008.

⁵⁴ Entrevista concedida em 3 de abril de 2008 na sede centro do Sinpro-Rio.

estava indo para o quarto mandato consecutivo, que a gente achou que era muito [...] nos estatutos do sindicato não tem nenhuma limitação quanto a isso, por exemplo, então em entidades desse tipo, em geral em todas as associações de qualquer espécie, não é bom que uma pessoa se perpetue, isso é sinal de algum vício (risos), então esse foi um motivo. Outro motivo, é que o sindicato passou a ter uma perspectiva, assim, meio governista, quer dizer, apesar do governo ser diferente dos anteriores, mas em alguns aspectos, iguais, igualzinho. O sindicato sempre tem que ser, qualquer que seja o governo, tem que ser independente, o sindicato é um outro tipo de associação, ele associa categorias profissionais, pra defender esses interesses e essas categorias profissionais, forçosamente têm diferentes formações ideológicas, político-partidárias, ou, como acontece com a maioria, com a maior parte da categoria, não tem engajamento político, partidário. Então o sindicato tem que ser independente disso, então a gente ficou assim, muito atrelado numa perspectiva de apoio ao governo [...], um sindicato chapa branca [...]. Ganhou em quase todas as universidades, nas principais escolas, perdeu nos lugares onde as informações chegavam com mais dificuldades. Perdeu por quarenta votos [...], mas perdemos em Jacarepaguá, zona oeste [...].

Mas muitos são os lugares de memórias constituídas socialmente, pois, como argumenta Maurice Halbwachs (1990), “toda a memória é coletiva e está inserida nas relações destes indivíduos com os diversos contextos do dia-a-dia, através dos (fazer gancho) quadros sociais da memória, permitindo aos indivíduos se utilizarem delas para enfrentar os desafios do presente”. Assim, a memória aqui entendida é a memória histórica, compreendida entre os militantes do Sindicato e suas ações na sociedade. Nas entrevistas, o que fica bem claro é a grande preocupação que os professores têm em privilegiar o papel que o espaço do Sindicato representava para suas vidas naquele momento histórico, quando luta, identidade, solidariedade e resistência eram o principal objetivo. Acreditamos que esse período, o qual elegemos, representou o marco dessa memória coletiva. Nora (1993) ratifica quando nos adverte que os lugares de memória,

são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”, e mais adiante, “pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.

Também em Lovisolo (1989), encontramos a importância dessa memória construída a partir do coletivo. Diz ele: “a memória histórica ou coletiva repete-se, é fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classe, étnica ou das minorias, sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação”. Os militantes do Sindicato apontam esse período como o mais crítico da história do Sinpro-Rio, tendo como característica básica a importância de nunca esquecer.

Assim, acreditamos que na memória de alguns de seus militantes, o Sindicato dos Professores conseguiu desempenhar bem o papel ao qual se destinou. É hoje um lugar de memória de uma época trágica da vida nacional brasileira, um local onde uma categoria de trabalhadores se identificava e construía, talvez sem saber, a história de uma classe.

Mas a luta não se restringia ao espaço físico sindical, nem a memória está aprisionada nesse espaço. Nos anos que ainda era possível expressarem-se opiniões contrárias à situação política vigente, os professores se apresentavam nas ruas, nas passeatas, nas manifestações contra a ditadura, num confronto direto para o restabelecimento da ordem civil democrática. Apesar desse momento ser muito lembrado pela participação de estudantes e artistas, os trabalhadores estavam presentes, sofrendo todas as conseqüências inerentes à época. O Sindicato servia como ponto de encontro para a participação das atividades nas ruas,

Você encontrava lá as pessoas que participavam, vários professores que participaram da passeata estavam lá, se encontrava no sindicato e saíam de lá para a passeata, a Passeata dos 100 Mil⁵⁵, por exemplo, e outras, a gente encontrava naquele corre-corre de rua, né? Cheirando um pouquinho de gás lacrimogêneo aqui, outro ali, mas a gente sempre encontrava aquelas mesmas pessoas que estavam sempre no processo de luta política anterior [...] não havia nenhum medo [...] medo das pessoas, do Sindicato dessas pessoas e dessas pessoas do

⁵⁵ Passeata realizada nas ruas do Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1968, reunindo estudantes, setores representativos da Igreja, da classe média e trabalhadores em geral.

Sindicato... estavam todas presentes lá normalmente. E alguns depois foram cassados, foram presos, foram torturados, mas é... no processo, mesmo depois de presos, terem sofrido prisão, mas continuavam presentes lá... discutindo questões políticas sem nenhuma... pessoas que antes inclusive é... tinham sua vida ligada muito a ação política. Você tinha todos presentes lá.⁵⁶

Temos, assim, diversas opiniões que corroboram com a nossa idéia de que o Sindicato teve uma vida política ativa durante os chamados “anos de chumbo”. Apesar de muitos dos seus militantes terem sido afastados, o principal objetivo da direção do Sinpro-Rio, era que este se mantivesse aberto, não caísse nas mãos da repressão, pudesse lutar pelos interesses da categoria e, acima de tudo, refletir o momento histórico que se desenrolava.

Neste item foram apresentados aspectos conceituais de espaço, memória e resistência do Sinpro/Rio, o que acreditamos permitiu que este participasse ativamente da década de 1970, quando se deu a retomada do movimento sindical. Essa participação será apresentada a seguir.

CAPÍTULO VII

A VOLTA DO MOVIMENTO SINDICAL

“Então, Stenzel, há perigo de as coisas melhorarem?”

Deputado Raimundo Padilha⁵⁷

Neste capítulo retomaremos alguns dos momentos da vida política brasileira na retomada do movimento sindical e a participação do Sinpro/Rio nesse período.

⁵⁶ Entrevista concedida em 2 de novembro de 2006 pelo professor Robespierre.

⁵⁷ Brincadeira do deputado Padilha com seu colega Clóvis Stenzel, porta-voz da linha-dura, nos momentos em que ficaram conhecidos como a crise dos cem dias. In: VENTURA, Zuenir (1988). 1968 O ano que não terminou. p. 239.

Mesmo que a pergunta não nos tenha sido dirigida, tentaremos respondê-la de forma a não deixar dúvidas de que a resposta é positiva. Sim, há perigo de as coisas melhorarem!

E os indícios dessas melhoras tornam-se visíveis no final da década de 70. No ano de 1978 ocorreu o que podemos chamar de um salto qualitativo no longo processo de resistência do movimento sindical. Ainda em pleno regime militar, com os níveis de exploração atingindo patamares quase insuportáveis, e com a decadência do “milagre econômico”, a classe operária da região conhecida como ABC paulista desencadeia um poderoso movimento grevista que marcou profundamente a organização sindical e política dos trabalhadores.

Parece-nos importante revisitar os momentos sociais, políticos e econômicos que antecederam esses movimentos, que marcaram o começo da decadência de um sindicalismo atrelado ao estado e o início do “novo sindicalismo”, expressão forjada no interior da organização operária e utilizada por muitos estudiosos, como Mattos (2003) e Weffort (1972), para citar alguns deles, que pretendia ser o “sindicalismo autêntico”.

7.1- O preço do milagre

Vivíamos o momento do desgaste do chamado “Milagre Econômico”. Esse período, caracterizado por altas taxas de crescimento econômico, sustentadas pelo endividamento externo e o arrocho salarial, o que garantia o maior acúmulo de capital por parte das empresas privadas, levou o país a uma alta dívida externa e interna, além de uma inflação crescente, deixando transparecer que o sustentáculo da ditadura, já mostrava sinais de fragilidade. Como dissemos, a inflação se apresentava bastante alta, apesar de encoberta pelos índices oficiais. O governo de exceção resolve mascarar os dados inflacionários através de diversas medidas proibitivas, tais como:

- Proibir a divulgação de qualquer informação que não a oficial;
- Pressionar a FGV para manipular os índices, abaixando-os;
- Colocar em dúvida os critérios utilizados pela Fundação Getúlio Vargas;
- Transferir o cálculo dos índices para um órgão do governo, onde pudesse ser exercido um controle total (a FGV é um órgão privado);
- Críticas, comentários ou editoriais desfavoráveis à situação econômico-financeira do país eram terminantemente proibidos;
- Comentário, transcrição, entrevista, comparações e outras matérias relativas à recessão econômica igualmente interditados.

Esse elenco de medidas fazia parte do "Plano Secreto para coibir a Inflação", entregue pelo Ministro da Fazenda ao Presidente da República, cuja divulgação foi proibida através do Comunicado nº 5 de 18-jan-73 do Departamento de Censura da Polícia Federal, distribuído sigilosamente aos meios de comunicação do país (135, p. 249).⁵⁸

Para agravar a situação, ocorreu uma grande crise do petróleo, em 1973⁵⁹, com a qual o Brasil se viu bastante prejudicado uma vez que dependia, em mais de 80% do seu consumo, do petróleo estrangeiro. Isso levou ao comprometimento dos pagamentos das exportações, bem como o arrocho salarial que já se encontrava em voga desde 1964, pois a dependência em relação ao capital estrangeiro era bastante expressiva e a dívida externa crescia assustadoramente. O resultado foi uma disparada dos juros em nível mundial e a conseqüente explosão no valor da dívida externa brasileira, que se tornou

⁵⁸ <http://www.ai.com.br/pessoal/indices/indh.htm>

⁵⁹ A crise do petróleo aconteceu em seis fases, todas depois da Segunda Guerra Mundial provocada pelo embargo dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e Golfo Pérsico de distribuição de petróleo para os Estados Unidos e países da Europa. Considerada como a segunda fase da crise do petróleo, aconteceu em 1973 em contra-partida ao apoio dos Estados Unidos dado à Israel em relação à ocupação de territórios Palestinos durante a Guerra do Yom Kippur e por causa disso países árabes organizados na OPEP, decidiram aumentar o preço do petróleo em mais de 300%. O Brasil sentiu os efeitos do embargo, bem como da decisão posterior da OPEP de estabelecer cotas produtivas e elevação dos preços.

um fantasma para o país durante duas décadas. E mais, paradoxalmente, enquanto se promovia o achatamento salarial dos trabalhadores mais humildes, buscava-se a expansão do poder de compra dos trabalhadores especializados, na medida em que se facilitavam os créditos, os ganhos e a poder dos profissionais liberais da classe média, subiam consideravelmente.

O mito do Brasil potência, alimentado pelos *slogans* “Ninguém mais segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente Brasil”, parecia não mais fazer muito eco, pois se o Brasil era o país do futuro, esse estava seriamente comprometido sócio-economicamente, e o futuro era agora, já havia chegado. Definitivamente, o Brasil não ia bem das contas.

7.2- O desgaste político

Politicamente o regime ditatorial também passava por um processo de desgaste natural. Afinal, em 1974 fazia dez anos de seguidos governos militares, ocasionando insatisfações em diversos setores e levando a rearticulação da classe trabalhadora.

Nesse mesmo ano, o general Médici, que levou a repressão aos extremos, foi substituído pelo general Ernesto Geisel. O principal projeto do governo Geisel era realizar a “abertura política”, isto é, desde que fosse um processo “lento, gradual e seguro”, de forma a garantir a sobrevivência, se não do regime, mas de seus comandantes no poder.

Após a derrota nas eleições legislativas de novembro de 1974, o Governo baixou decreto, apelidado de Lei Falcão⁶⁰, elaborado pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão, limitando drasticamente o acesso de candidatos ao rádio e à televisão. Acreditamos que essa lei surgiu como resposta direta do governo ao considerável avanço do partido oposicionista, o MDB, nas eleições de 1974, e como uma provável preocupação quanto às eleições municipais de 1976, que poderiam, sob condições inteiramente livres de propaganda eleitoral, transformar-se em uma imensa derrota para o governo.

Observe o quadro abaixo, com o resultado das eleições legislativas de 1974⁶¹:

PARTIDO	CÂMARA DOS DEPUTADOS			SENADO		
	VOTOS	% de Votos Válidos	CADEIRAS	VOTOS	% de Votos Válidos	CADEIRAS ⁶²
Aliança Renovadora Nacional / (ARENA)	11.866.599	52,0	203	14.486.252	59,0	16
Movimento Democrático Brasileiro / (MDB)	10.954.359	48,0	161	10.067.796	41,0	6

QUADRO 1 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1974

Apesar de ser conhecido como combatente da chamada “linha dura”, como um líder progressista e democrático, convém lembrar que, durante o auge da repressão, a posição de Geisel era de, no mínimo, tolerância ao uso da violência. Em conversa com seu futuro ministro do Exército, general Dale Coutinho, em 1974, Geisel foi categórico:

⁶⁰ A Lei Falcão (Lei 6.339, de 1.º de julho de 1976) proibiu a propaganda eleitoral pelo rádio e a televisão, permitindo apenas a divulgação do curriculum vitae sumário dos candidatos. Cf. www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes/htm/5735_1.asp

⁶¹ Banco de Dados Políticos das Américas. (1999) Brazil: Eleições Legislativas de 1974 / 1974 Legislative Elections. [Internet]. Georgetown University e Organização dos Estados Americanos. Em: <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Brazil/legis1974.html>. 15 de julho 2002

⁶² Apenas 1/3 das cadeiras do Senado foram renovadas. Fonte: Centro de Estudos em Reforma do Estado - Fundação Getúlio Vargas

“... esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser (...). Nós não podemos largar essa guerra. Infelizmente nós vamos ter que continuar...” (GASPARI, 2003: 324-5). Mas houve resistências. De um lado aqueles que eram considerados “a tropa de choque da ditadura”, para usar a expressão de Daniel Aarão Reis (2004:44), a chamada “comunidade de informações”, em outras palavras, a polícia política. Grupo de grande abrangência onde se reuniam oficiais treinados nos serviços sofisticados de torturas, informações e inteligência. E, quem sabe numa demonstração de forças com o presidente, um fato veio a ratificar que as forças repressivas estavam, no mínimo, divididas.

Em outubro de 1975, Wladimir Herzog, chefe de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, morre no num dos quartéis do Segundo Exército, ao ser convocado para prestar depoimento no DOI-Codi/SP. No começo de 1976, o mesmo acontece com o operário Manoel Fiel Filho, que morre durante um interrogatório. Em ambos os casos, o Segundo Exército divulga a versão de suicídio, sem, contudo convencer a população.

Esses casos desencadearam uma oposição entre a sociedade civil e o governo – uma vez que a não havia mais a censura à imprensa desde 1975 – e este e a “linha dura” do exército, levando à demissão do general Ednardo D’Avila Melo, então comandante do Segundo Exército.

Por outro lado, havia os remanescentes das chamadas “esquerdas revolucionárias”. Pessoas que estavam no exílio, nas cadeias, na clandestinidade, mas que não haviam desistido de denunciar, cada um a seu modo, a ditadura militar, a farsa de seu modelo econômico e a tortura como modelo político de Estado.

7.3- O (re) nascer social e sindical

No campo social, assistimos a uma efervescência que mudaria, e muito, os rumos do país. Já não dava mais para segurar as ondas de protestos que se espalhavam pelo país e, a despeito da repressão, a sociedade se rearticulava. Além dos estudantes que voltavam às ruas, em 1977, com passeatas cujo caráter era político, quando as palavras de ordem eram a defesa das liberdades democráticas, fim das prisões e torturas e anistia ampla, geral e irrestrita. Paulatinamente, as principais organizações estudantis foram reconstruídas. Primeiramente, surgiram os Diretórios Central de Estudantes (DCEs) livres; em seguida, as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e, finalmente, em 1979, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi recriada.

Nesse contexto, setores da sociedade civil começam a despontar como a Igreja Católica - responsável por um amplo movimento em defesa dos direitos humanos, especialmente representado pelas Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, e as Pastorais, sobretudo, a pastoral da Terra -, o movimento estudantil e o movimento dos trabalhadores organizados.

Além do MDB, da Igreja e do Movimento Estudantil, setores da classe média se posicionavam contra o regime. Entidades representativas de profissionais liberais como a Ordem dos Advogados do Brasil / OAB, a Associação Brasileira de Imprensa/ABI, o **Sindicato dos Professores**, [grifo nosso] o Instituto dos Arquitetos Brasileiros/IAB eram algumas das associações mais ativas que, a partir de meados dos anos 70, passam a expressar publicamente seu repúdio ao regime militar. (ARAÚJO 2004:168)

É interessante notar que nesse período, em que assistimos uma retomada da vida política e pública da sociedade, o Sinpro/Rio também retoma sua posição de um sindicato combatente, mostrando sua resistência diante da ditadura. Numa época onde nascem (ou ressurgem, em certos casos), no Brasil, grupos conhecidos como “minorias políticas” – como o movimento gay, movimento de mulheres, movimento negro, movimento em defesa da causa indígena – que vêm engrossar os brados contra o regime

militar, o sindicato se apresenta como um local onde esses grupos podem se reunir e discutir suas propostas. Diz o professor Robespierre acerca desse momento:

Ela [a diretoria anterior] deixa de trabalhar especificamente com as questões econômicas da categoria, e passa a ter uma participação não só mais econômica das conquistas sociais da categoria e sim mais nas questões políticas da sociedade. Essa é a grande vertente que acontece. Com evidentemente discussões internas porque não havia a mesma, a mesma leitura de como ia participar das vertentes sociais, das sociais e políticas da sociedade. Mas quando vem a diretoria posterior, que essa mesma questão continua, isso não é uma coisa que se fez resolvida em momento nenhum no sindicato, houve uma outra ampliação, pela própria necessidade que a sociedade impunha. Você passou a ter o sindicato, pela sua posição geográfica, pela sua posição política, pela presença das pessoas, passou a ter no sindicato, um local de referência para o movimento social de grupos.⁶³

Acompanhando a onda de mudanças do país, o sindicato também mostra que o momento era de mudanças. Além de se abrir para os novos movimentos que se apresentam também as propostas de renovação se fazem presentes. Parece-nos que os membros percebem que o momento é de criar, compor, somar, investir e não pensar em “bater em militar”, até porque já não precisava mais, além de nunca ter sido a prática do sindicato. O Sr. Fontinha, fala desse momento da seguinte forma:

Quando eu entro no sindicato [1978], já entro para formar chapa. Eu era militante de oposição [...] tinha o pessoal do Partidão, que era situação e a gente chamava de pelego e eles ficavam furiosos, “tudo menos isso!” [...] e tinha a oposição sindical, que dentro do sindicato era promovida pelo PT, o PT tinha um núcleo de oposição em vários sindicatos, mesmo que não tivesse condição [...] então se pega uma pessoa que tem uma passagem grande na categoria e se elege o cabeça. Quem era o cabeça do lado de lá? Era o Pierre, com todo mérito. Eu tinha muito de composição, só que Pierre não tinha certeza de ganhar eleição, e nós tínhamos certeza de que não ganharíamos (risos). Então juntou um que não tava afim de brigar e outro que não queria briga. Aí, sentados em frente ao sindicato, naquela pracinha, foi feito uma chapa de unidade, saiu Pierre na cabeça [...] e eu de vice. [...] e ficamos durante três anos e meio em completa harmonia, como é até hoje.⁶⁴

⁶³ Entrevista concedida em março de 2008.

⁶⁴ Entrevista concedida em fevereiro de 2008.

E nesse clima de harmonia e renovação, as mudanças começam a ser sentidas.

Ainda o Sr. Fontinha nos falando da nova postura do sindicato:

Gente, chega de dar porrada (sic) em coronel. Porque antigamente se xingava a mãe do coronel, se ficava seis meses sem fazer porra (sic) nenhuma, porque era herói. Agora a gente tem que construir, você não tem mais gente com botina, tem que construir, tem que trabalhar, tem que bater ponto, situação bate ponto [...] tem que construir essa categoria, tem que puxar gente pra cá.⁶⁵

Uma sucessão de decisões tomadas por Geisel demonstrava o firme propósito da distensão da ditadura. Em 1978, o presidente anistiou os exilados políticos, que agora poderiam voltar ao país. Entre eles estavam os “lendários” Leonel Brizola e o velho Prestes, Luiz Carlos Prestes. Também foi modificada e abrandada a Lei de Segurança Nacional e finalmente, em 1979, o Ato Institucional nº5 foi revogado.

A grande insatisfação com o regime militar verificada entre os trabalhadores mais organizados – os operários dos setores automobilísticos e metalúrgicos, por exemplo – desencadeou uma onda de greves entre 1978 e 1979. Esse processo foi responsável pelo surgimento de novas lideranças sindicais, como por exemplo, Santo Dias, Anísio Batista⁶⁶ e Luiz Inácio da Silva, o Lula, que era do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, conhecido como hábil negociador e comprometido basicamente com os interesses dos trabalhadores de seu sindicato.

Denúncias de que o governo vinha manipulando os índices de inflação, gerando perdas substanciais do poder aquisitivo dos trabalhadores, fizeram com que o movimento operário também voltasse à cena com mobilizações por reposição salarial. Podemos destacar nesse processo, o caso emblemático dos trabalhadores metalúrgicos da Scania de São Bernardo do Campo, em 1978, no ABC paulista. Esses trabalhadores,

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ No dia 29 de maio de 1978, a Toshiba, em São Paulo, também paralisou sua produção. Um dos integrantes da comissão da Toshiba era Anísio Batista, que junto com Santo Dias, encabeçaram a Chapa de Oposição nas eleições sindicais de 1978. Eram duas lideranças novas, reconhecidas pelo forte trabalho de base que tinham nas fábricas por onde passaram. Para maiores informações sobre a vida pessoal e sindical de Santo Dias, Cf.: http://www.cedem.unesp.br/acervos/acervo_santo.htm.

desafiando a Lei Antigreve⁶⁷, abriam as portas para o “Novo Sindicalismo” às vésperas da “Nova República”, dando início a uma onda de greves que se espalharia pelo país.

Os ares estavam mudando,

A riqueza desse ressurgimento dos trabalhadores no cenário político nacional pode ser constatada, entre outras coisas, na criação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; e na criação, pouco tempo depois, de organismos intersindicais de cúpula (...). Dessa forma, os trabalhadores foram escrevendo seu nome, de forma indelével, na luta pelo retorno do regime democrático em nosso país. (SANTANA, 2003: 289).

Em 12 de maio de 1978, os metalúrgicos da Saab-Scania, entraram para o trabalho e nada fizeram, ou seja, não ligaram as máquinas e não trabalharam. Com esse gesto, a surpresa dos patrões foi enorme, uma vez que o movimento se iniciava no “chão da fábrica”. Logo as paralisações se estenderam para outras empresas do ABC e para o interior do estado, como a Toshiba, a Ford e a Volkswagen⁶⁸. Mais do que uma simples reivindicação salarial, os trabalhadores reassumiam a luta contra a ditadura para exigir democracia no Brasil. Por toda a cidade crescia o Movimento contra o Custo de Vida⁶⁹ e intelectuais, artistas, estudantes, donas de casa e trabalhadores em geral, cada um a sua maneira, contribuía para a abertura política.

Os ares de mudanças também atingiram o Sinpro/Rio. Em 1978, foram convocadas eleições para diretoria do sindicato. Como insatisfação geral, duas chapas disputaram o pleito. No editorial boletim “Folha da Oposição”, da chapa 2, intitulada *Unidade e Renovação*, nota-se a insatisfação de parte da categoria, pois as eleições

⁶⁷ A Carta Constitucional de 10.11.1937 marca uma fase intervencionista do Estado, decorrente do golpe de Getúlio Vargas. Era uma Constituição de cunho eminentemente corporativista. A greve e o lockout foram considerados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os interesses da produção nacional. Cf.: artigo 139 da Constituição Brasileira de 1937. Durante o governo Castelo Branco, a lei 4330/64 impedia a realização de greves: proibindo-as no setor público e estabelecendo condições para o seu exercício nos setores essenciais.

⁶⁸ Para maiores detalhes sobre essas paralisações, ver Antunes, R. 1988.

⁶⁹ Em 1977, um movimento que surgiu em 1973, chamado “Carta das Mães da Periferia de São Paulo”, que lutava contra o alto custo de vida, transformou-se em “Movimento do Custo de Vida” (mais tarde rebatizado como “Movimento Contra a Carestia”). Uma assembléia popular com mais de sete mil pessoas lançou o abaixo-assinado pelo congelamento dos preços — que reuniu 1,3 milhão de assinaturas entregues ao presidente Geisel. Cf.: www.vermelho.org.br

foram realizadas num período onde a maioria dos professores estava de férias (julho), prejudicando, assim, o número mínimo de eleitores no primeiro escrutínio. Apesar de não terem conseguido alcançar o *quorum* necessário de dois terços, dos cerca de “4000 associados, mil e duzentos estavam em condições de votar”, comparecendo às urnas, quatrocentos e vinte professores. Mas esperava-se que no segundo escrutínio, que se deu em agosto, o número de eleitores fosse de 50% ou mais.

Mas a situação de descaso e falta de *quorum* foi justificada da seguinte maneira:

Que significam, a nosso ver, esses fatos?

Sabemos que numerosos colegas encontram-se hoje afastados do Sindicato e descrentes da luta sindical como instrumento de defesa dos interesses da Categoria. Sem dúvida alguma isto reflete, por um lado as condições gerais vigentes no país, onde o índice de aumento salarial é fixado pelo governo, impedindo a livre negociação. Além disso, um conjunto de medidas repressivas abateu-se contra as atividades sindicais e contra a liberdade de organização e expressão. É claro que, demagogicamente, o governo tratou de estimular aqueles dirigentes sindicais que nada faziam a não ser assistir, batendo palmas a todas essas medidas”. (Editorial da Folha de Oposição/1978)

Dando continuidade à leitura do boletim, deparamo-nos com uma fala que expressa a total insatisfação dos componentes da chapa 2, que acusam a direção do sindicato de inércia e omissa. É importante destacar que como membro da chapa 2, está o professor José Monrevi Ribeiro, que a encabeça, e que também é membro da direção anterior, ou seja, da direção do triênio 1975/1978. Este, assumindo cargos efetivos na diretoria e como delegado no Conselho da Federação. A questão é que em todas as entrevistas que fizemos, os depoentes são unânimes em dizer que se o sindicato não se mantivesse na postura de “não combate direto”, “não enfrentamento”, este não teria como sobreviver, ou seja, se manter sem a presença de representantes da repressão. Então, o que pretendiam com as críticas abaixo, descritas no boletim da chapa 2? Na verdade, a quem se dirigiam essas críticas? Seria aquele momento, uma oportunidade de soltar o que estava preso na garganta há mais de uma década? Seria uma forma de dizer,

“basta”! para a ditadura militar? Fazendo uma crítica ao Sinpro, não estariam fazendo uma crítica indireta a toda uma estagnação do movimento sindical, ao arrocho salarial sofrido pelos trabalhadores em geral? Vejamos:

Por outro lado, não podemos deixar de criticar a omissão da Diretoria do Sindicato, que nada fez (sic) para lutar contra o arrocho salarial, para aumentar a sindicalização, para dinamizar a vida sindical. Manteve-se assim numa atitude imobilista e burocrática. Distanciando-se cada vez mais da categoria e tornando-se anti-democrática, na medida em que não criava canais de participação para todos, deixou de ser representativa da própria categoria que a reelegeu sistematicamente nos últimos anos”

Em março de 1979, foi deflagrada uma greve geral dos metalúrgicos do ABC paulista, organizada com piquetes e boca-a-boca. Isso levou o governo a decretar a intervenção nos sindicatos e as diretorias foram cassadas, militantes presos e muitos processados pela Lei de Segurança Nacional⁷⁰. Apesar disso, a repressão já não foi suficiente para conter o movimento expansionista de insatisfação popular. Muitas outras categorias – bancários, trabalhadores da construção civil, jornalistas, professores etc. - aderiram às greves em todo o Brasil, demonstrando um movimento ascendente da organização da classe trabalhadora. É importante salientar, que esse ciclo se inicia no final dos anos 70 e se estende pela década de 1980. Em boa parte da literatura que contempla o assunto e o período, (SANTANA, 2003; MATTOS, 1998 entre outros) podemos verificar que os motivos que estavam na base das reivindicações dessas greves eram dos mais variados: reajustes salariais, cumprimento de leis e acordos coletivos, condição de trabalho, além da falta de democracia e do controle político do governo sobre os sindicatos.

Nesse período de rupturas com o chamado sindicalismo de governo, ou sindicalismo oficial, começa a se estruturar o que vem a ser conhecido por “*Novo*

⁷⁰ Para uma análise mais aprofundada das greves desse período, Consultar ALMEIDA, M.H.T. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”. In: Bernardo Sorj & Maria Hermínia. Tavares de Almeida. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Sindicalismo”, no qual o passado sindical brasileiro dá lugar a uma nova forma de organização que se pretendia mais autêntica, organizada nas bases, ativa, combativa e autônoma. Segundo Santana (1999:104),

Esse momento de ressurgimento do sindicalismo nacional foi caracterizado, em uma de suas dimensões, pela ocorrência de projetos políticos e sindicais entre setores da esquerda, mas especificamente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Estava em jogo nesta disputa a definição do movimento sindical brasileiro.

Esses projetos, dos quais fala Santana, eram formados por dois grupos que disputavam esse momento do ressurgimento do sindicalismo nacional: o grupo dos autênticos ou “combativo”, que reunia os metalúrgicos do ABC paulista e outros tantos sindicalistas de várias partes do país, e as Oposições Sindicais⁷¹, em oposição ao sindicalismo “corporativista”, “pelego”, “oficial”, aquele organizado dentro do Ministério do Trabalho, ou seja, na década de 30.⁷² Ainda nas palavras de Santana, (1999) “essa oposição funcionou também como um modo de forjar uma nova identidade - daí a ênfase na denominação “novo sindicalismo” - procurando romper radicalmente com as amarras do passado”.

Não foi somente o Estado de São Paulo que teve destaque nessa retomada do movimento sindical no país. O Rio de Janeiro exerceu papel igualmente fundamental nesse contexto. Segundo Mattos (1998), “um levantamento baseado, principalmente, na grande imprensa, registrou 430 greves em todo o país, principalmente naquele ano (1979)”. “O Rio de Janeiro, segundo estado em termos de número de paralisações,

⁷¹ As Oposições Sindicais eram movimentos que nasceram no final dos anos 1960 e durante toda a década de 1970, que incentivavam as lutas contra a estrutura sindical ainda vigente (pré-64) e contra a ditadura. Temos como destaque dessas Oposições, a OSMPS, Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

⁷² Para uma abordagem detalhada sobre o nascimento do Novo Sindicalismo, conferir SANTANA, M.A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. RBCS vol.14 – nº41- out./99

precedido apenas por São Paulo, respondeu por 16% desse total (...) com 22% da força de trabalho tendo tomado parte em algum movimento grevista.”

Entre as categorias que voltaram á cena naquele momento de mobilizações grevistas estavam os professores. A década de 70 para o Sinpro/Rio foi bastante movimentada. Tendo como presidente o professor Luiz Gonzaga Carneiro (de 1969 a 1972) - que substitui o então presidente Affonso Henrique Martins Saldanha, preso pela repressão militar. O periódico “A Folha do Professor”, lançado em setembro de 1959 e proibido de circular em 1964, volta à cena em janeiro de 1970, com o nº 13.

A partir de 1976, a entidade muda sua denominação para Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro. Em 1977, a entidade compra uma propriedade que se denomina Fazenda Mineira, na localidade de Xerém, para atender o lazer dos associados. Também há perdas significativas de membros expressivos do Sinpro/Rio, como o falecimento dos professores Affonso Saldanha em 1974, Agrícola Bethelém, Levy Borborema Porto e Alfredo D’Escragnole Tunay, em 1977.

Em 1978, quando da direção do professor José Monrevis Ribeiro, houve uma grande campanha de anistia para os associados inadimplentes e sindicalização que quase triplica⁷³, o número dos associados.

Vejamos o gráfico a seguir:

⁷³ Dados retirados do periódico, “Folha do Professor, entre setembro e novembro de 1979. Nº. 74/ 86.

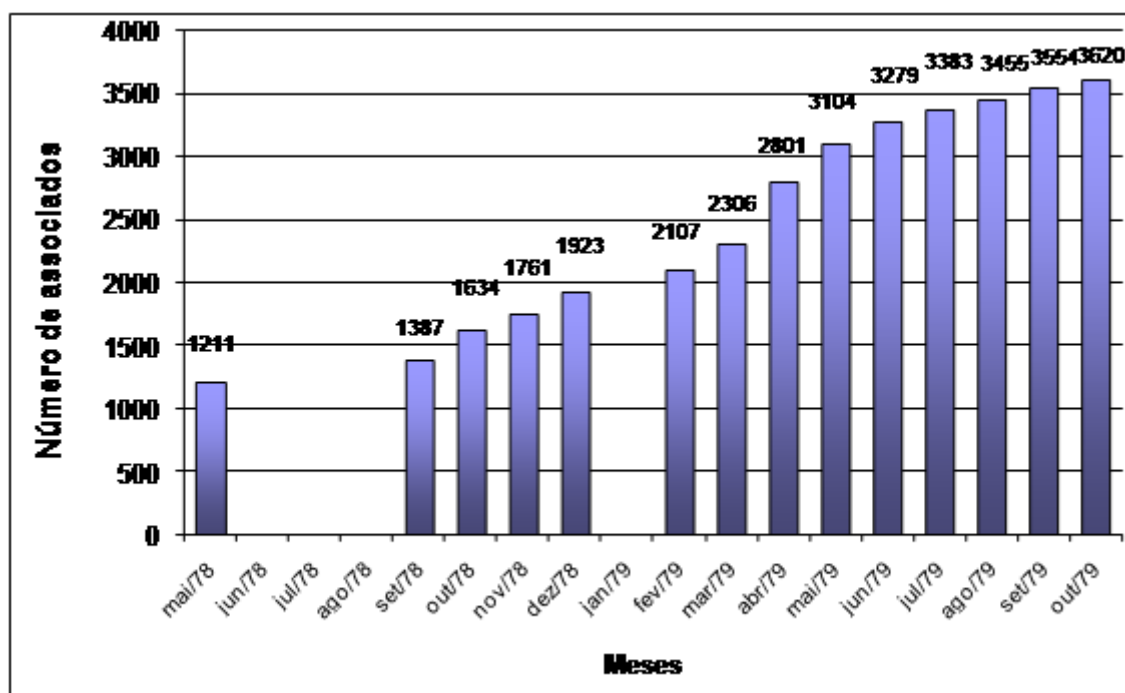


GRÁFICO 1 – RELAÇÃO DE ASSOCIADOS NOS MESES DE MAIO/1978 A OUTUBRO/1979.

Mas essa década chega também para permitir a explosão das divergências existentes no interior da entidade, que estavam “sufocadas”, talvez pela ação da repressão militar.

(...) quando chegou lá pra 75, 76, 78, já existiam dentro do sindicato dois grupos. Um pequeno grupo remanescente daqueles velhos que seguia a política do partido, e um grupo já de pelego mesmo, que já tinha entrado na pelegagem (sic) mesmo. E aí, quando nós de fora chegamos ao sindicato pra eleição, disputar a eleição, já havia a abertura suficiente pra gente atuar mais livremente, aí a gente encontrou o sindicato assim, praticamente dirigido por dois grupos, um grupo remanescente, pessoas dignas, não tão combativas, mas dignas, pessoas que atuavam seriamente e tal, e já um grupo de pelegos (...).⁷⁴

Na eleição de 1978, não houve disputa eleitoral, por assim dizer; ou seja, a chapa encabeçada pelo professor Luiz Gonzaga Carneiro

que, por compromissos assumidos do outro lado, acabou saindo como presidente da outra chapa, mas sem convicção nenhuma, não fez campanha, e digamos assim, presidiu o pleito, assumiu uma postura

⁷⁴ Entrevista concedida em 13 de outubro de 2007 pelo professor José Livieto Medeiros.

digna, que era ele, uma pessoa digna. (...) era candidato, mas não usou a máquina contra a gente.⁷⁵

A chapa vencedora foi encabeçada pelo professor José Monrevi Ribeiro, que exerceu o mandato de 1978 a 1981 e foi eleito mais de uma vez posteriormente.

Em 1979, o Sinpro/Rio organizou, pela primeira vez no país, os docentes universitários em torno de um sindicato e, apesar de boa parte desses profissionais não possuir um contrato oficial de trabalho, o Sinpro/Rio fez a primeira tentativa de um acordo coletivo para a categoria. O Sr. Sebastião Fontinha lembra dessa forma a volta do sindicato à cena política do Brasil:

o sindicato foi o primeiro a fazer greve no Rio de Janeiro. E uma greve que fechou a zona sul num dia, no dia seguinte eu fui mandado para o Méier [...] então nós fomos pro Méier e fomos fechando, fechou uma quantidade que os diretores, os proprietários ficaram com medo, não contavam, não é? [...] e essa greve era política, era política (sic) na zona sul, os grandes colégios nós fechamos no primeiro dia, como reivindicação de democracia, abaixo a ditadura [...]⁷⁶

Assim, o Sinpro/Rio passa a participar não somente das questões da categoria como também das questões políticas que permeiam o país naquele momento. O sindicato passa a ser mais freqüentado, não só pela sua posição geográfica – Rua Pedro Lessa, no coração da Cinelândia –, mas também pela sua posição política, de referência para o movimento social de grupos.

Você passa a ter o sindicato como local de referência para o Movimento das Mulheres, o sindicato como Movimento Negro, Movimento Gay, Movimento dos Aids, enfim, qualquer coisa que acontecesse na cidade o sindicato era uma boa referência. Eram algumas referências, o sindicato dos professores, o sindicato dos jornalistas e o sindicato dos artistas, eram três referências. (...) o sindicato passa a participar de todas aquelas organizações intersindicais.⁷⁷

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Entrevista concedida em fevereiro de 2008.

⁷⁷ Entrevista concedida em fevereiro de 2008 pelo professor Robespierre.

Assim, o Sinpro/Rio entra na década de 80 revigorado pelas questões políticas e sociais que assolavam o Brasil naquela época. As disputas eleitorais tornavam-se cada vez mais acirradas, o movimento sindical crescia “de vento em poupa”, o sindicato participou ativamente da campanha das “Diretas já!”, que pensamos ser a grande chance de coroarmos a volta do movimento sindical à cena social brasileira, o que não se realizou, o coroamento não aconteceu.

É nesse clima de renascer sindical que ocorrem as primeiras mobilizações para o movimento grevista dos professores, tanto os da rede particular como da rede pública, o que foi o grande marco da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte desta pesquisa, dentro de variadas possibilidades que o tema oferece, ficou restrito ao importante momento histórico vivido por todos os brasileiros, bem como as lembranças, muitas delas dolorosas, outras tantas até engraçadas, acerca deste período por todos aqueles que tiveram uma participação mais efetiva nesse processo.

Ao longo de nossas análises levantamos muitas questões que nos davam o real tamanho do projeto que tínhamos em mão e da responsabilidade de eleger aquelas que iríamos enfrentar.

A pesquisa empírica sustentou hipóteses por nós levantadas durante o projeto de pesquisa e nos trouxe novos argumentos com os quais não tivemos oportunidade de tempo para lidar e aprofundar⁷⁸, além de diversos problemas com as fontes pertencentes ao Sinpro/Rio, acarretando, com isso, alguns pontos que precisam ser mais bem investigados. Para situarmos as questões das quais tentamos tratar e aquelas que pretendemos apontar, retomaremos ao ponto central de cada capítulo.

Inicialmente, tratamos de descrever o objeto em análise, sua estrutura organizacional, composição de seu quadro de funcionários, e locais de funcionamento.

No momento seguinte, tentamos fazer um breve histórico do movimento sindical brasileiro, onde a participação dos trabalhadores na construção de uma identidade classista ocorreu paralela a um desenvolvimento industrial urbano. O operariado submetido à intensa exploração, com longas jornadas, péssimas condições de trabalho, inclusive para mulheres e crianças, e com salários aviltantes, provocou o início de uma

⁷⁸ Cabe ressaltar que a estrutura do curso de mestrado tem um tempo para conclusão, em torno de dois anos, e que as agências de fomento não concedem bolsas para pesquisadores funcionários públicos em exercício da função; logo, o tempo do qual dispomos não foi suficiente para investigar e amadurecer algumas reflexões que podem ser retomadas por qualquer outro pesquisador, ou o mesmo, na dimensão do doutorado.

legislação trabalhista que iria se consolidar num momento posterior. Antes, porém, os operários tentavam se proteger mutuamente, buscando algum tipo de associação como caixas de assistência, socorros mútuos, corporações, bolsas de trabalho e, finalmente, os sindicatos classistas, que foram organizados pelos trabalhadores, a fim de fornecer um mínimo de proteção e capacidade de resistência.

Apesar de sugerir um rico debate acerca da formação da classe operária brasileira, bem como suas lutas, composições, perdas e ganhos, não foi possível enfrentar este desafio dado o recorte da nossa pesquisa. O que na verdade pretendemos foi somente contextualizar a sociedade brasileira no período em que os professores começam a questionar a forma pela qual eram pagos, ou seja, somente por aulas ministradas, sem direito a férias, descanso remunerado ou mesmo pagamento nos dias de feriado e dias festivos, além de períodos de férias escolares. É no bojo destas transformações e agitações políticas no final da década de 20 que começa a se estruturar o que viria a ser posteriormente o Sinpro/Rio. Portanto, é neste momento que acreditamos que começa uma real preocupação de organização dos professores, visto que só seriam possíveis conquistas sólidas e permanentes na medida em que a categoria fosse representada por uma entidade legalmente constituída.

Na década de 1930, mais precisamente no ano de 1931, o Sinpro/Rio é fundado num clima em que as políticas trabalhistas do governo de Getúlio Vargas dão o “tom” da época. O Sinpro/Rio nasce como um típico sindicato oficial nos moldes governamentais: com um perfil assistencialista, porém, representativo. Procuramos mostrar que o sindicato não ficou a mercê das posturas governamentais e por isso não concordamos que o mesmo foi um simples objeto da política corporativa do governo varguista. Tentamos demonstrar que apesar de já nascer “oficial”, como tantos outros, com a tutela do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o sindicato manteve uma

postura independente, tanto que foi alvo da represália governamental após o Levante Comunista, em 1935. Por essa ocasião, vários professores foram demitidos das escolas em que trabalhavam, por serem considerados “de esquerda” e muitas lideranças sindicais foram cassadas e colocadas fora da cena política e sob a Lei de Segurança Nacional.

Apesar de considerarmos “intervenção” a ação do governo no sindicato no período do Estado Novo – ao contrário do que alguns depoentes afirmam, de que *nunca houve intervenção no sindicato* – esta reflexão que também não pode ser aprofundada, uma vez que seria necessário utilizar os diversos conceitos de *intervenção* e a concepção destes para cada um dos depoentes. Esta análise levaria a um prolongamento que no momento não caberia. Então, apesar do Estado Novo, o sindicato consegue se reorganizar e mobilizar o professorado, aproveitando os ares de descontentamento pelos quais passavam a população em geral por ocasião da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o que fez a carestia aumentar consideravelmente atingindo todos os segmentos sociais.

Quando ocorre o golpe civil-militar de abril de 1964, que procura desarticular toda e qualquer forma de organização dos trabalhadores, o sindicato sofre um novo golpe. Mas como é sabido, este período trouxe inúmeros reveses sociais e políticos, e o Sinpro/Rio, mais uma vez, foi atingido com cassações e perseguições políticas e profissionais, como aposentadoria compulsória de alguns de seus membros mais expressivos, enquanto tantos outros recorreram à clandestinidade para preservarem sua integridade física e familiar.

Entendemos que este momento de grande repressão, medo e desconfianças, em que todos viviam assombrados pelos “fantasmas” da repressão, que era sinônimo de tortura, morte ou exílio forçado, também foi o grande momento em que o sindicato

fortaleceu sua identidade enquanto entidade classista. É deste período que alguns dos depoentes mais se recordam, por representar um momento de dor, de lembranças, hoje, “subterrâneas”, pois muito se perdeu. Trabalhar com história oral nos remete a sítios um tanto quanto pessoais. São períodos da vida alheia que, de certa forma, resgatamos de um passado que, muitas vezes, as pessoas querem esquecer. Como disse o professor Robespierre, em nossa primeira entrevista, quando foi perguntado sobre o nome de um membro da diretoria do sindicato no momento do golpe de 64, - quando a entidade foi “visitada” por agentes governamentais que procuravam provas para incriminar o professor Hélio Marques, presidente da entidade na época, e uma funcionária já havia retirado toda a documentação incriminadora, como atas de assembleias, por exemplo-, nos disse:

essa secretária é a ... deixa eu ver se me lembro... meu Deus do céu, não estou escondendo o nome dela não... mas me deu um branco, o branco que a gente aprendeu a dar, não é? (e sorri) (...) é engraçado como a gente é viciado psicologicamente para esquecer, você faz força para se lembrar e não lembra...

Pois é, na verdade são lembranças que remetem a um período de dor, de medo, de angústias e sofrimentos, onde a palavra *futuro* podia não existir.

Em uma conversa com um dos depoentes – já com o gravador desligado, e por isso não declinamos o nome – podemos perceber a enormidade de sua frustração quando recorda aqueles tempos. Ele disse mais ou menos assim:

hoje sinto que lutamos para nada. Os professores não são valorizados, perdemos grandes companheiros nos porões da ditadura, não me fui o que eu realmente queria porque fiquei a disposição do partido e do sindicato, e hoje, nem professor, nem partido, nem sindicato....

Mas apesar da frustração evidente, é cabal a identidade forjada naquele momento em que muitos membros foram beneficiados com as políticas de ajuda, tanto

material como judicial, promovida pelos membros do sindicato naquele momento de intensa repressão.

Como procuramos demonstrar, o espaço do sindicato não era entendido como um espaço físico somente; era também um espaço sociológico, repleto de significações, sentido político e social, que foi fundamental para que exista até hoje apesar da política neoliberal que desmonta quase todos os aparatos de luta dos trabalhadores. Nesta reflexão somos amparados pelos diversos depoentes que afirmam seu caráter solidário e político. Concordamos também com a afirmativa de tantos outros depoentes que julgam este momento como um período em que o sindicato não teve uma postura frente à ditadura militar nos moldes de enfrentamento direto, devido à necessidade de se preservar a entidade e se manter minimamente funcionando como um exemplo de espaço de resistência, onde o importante era ter cautela, pois de nada adiantaria possibilitar mais “baixas”, no seu quadro de membros. Mais uma vez aqui o tempo não nos permitiu que aprofundássemos as pesquisas em torno de todos os membros que foram atingidos pela repressão militar, traçando um histórico, mesmo que breve, de sua vida profissional, sindical e pessoal, até porque o foco de nossa pesquisa não englobava histórias de vida.

Finalmente, tentamos traçar a retomada do movimento sindical, não em toda sua pujança, mas desde o seu início com a crise do que ficou conhecido como “milagre econômico”, que possibilitou a queda da base de sustentação da ditadura militar, bem como as greves operárias da região do ABC paulista. Entendemos que a partir de 1978, o cenário político e social foi repleto de experiências de formas de organização e de luta reivindicatória da classe trabalhadora no Brasil. Não foi somente uma luta salarial, foi também política, de caráter generalizante, envolvendo uma série de categorias assalariadas e insatisfeitas com a situação do país. Procuramos demonstrar como esse

enfrentamento, que começou com os operários e se espalhou para a sociedade civil, como os estudantes, artistas e donas de casa, foi fundamental para a abertura, mesmo que “lenta e gradual”, do regime. É notória a participação efetiva dos professores nesse momento histórico. Principalmente no que se refere à grande greve dos professores, públicos e particulares, num momento em que ainda era proibido o direito de greve do funcionalismo público. A empolgação, a participação, a esperança ficam claras nas falas dos depoentes que acreditavam piamente que a abertura política traria uma nova sociedade, mais justa e igualitária para todos os brasileiros. É sob a égide desta crença que participam da campanha “Diretas já!”, para que houvesse votação direta para presidente da república. Mas, mais uma vez, as manobras políticas impossibilitaram a participação direta da população nos rumos políticos do país e a tão esperada votação para presidente não ocorreu, sendo a esperança suplantada pela votação no colégio eleitoral.

E aqui retomamos a pergunta do deputado Raimundo Padilha: “*Então, Stenzel, há perigo de as coisas melhorarem?*” Acreditamos que essa resposta todos nós podemos dar.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. Coordenadoras. *Usos & Abusos da História Oral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005
- ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho*. São Paulo: Unicamp, 1988
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. São Paulo: Ed. Edições Sociais, 1998.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Luta Democrática contra o Regime Militar na Década de 1970*. In REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo. P.S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BASBAUM, Leôncio.– *Uma vida em seis tempos: Memórias*. São Paulo: Alfa-Omêga, 1976.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, Arte e Política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. In: Obras Escolhidas. Vol. I Trad. Paulo Sergio Rouanet. 7ª ed, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo. Cia das Letras, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 3ª ed. Vol. 2, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001
- _____. *A Sociedade em Rede*. Trad. Roneide Venancio Majer. 5ª Ed. Vol.1, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

COELHO, Ricardo B. Marques. *O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos articulares de Ensino no Rio de Janeiro (1931-1950)*. Dissertação de mestrado em história defendida no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1998.

COSTA, I. T. M. “*Cidadania, ética e alteridade*” In: Memória e Espaço. COSTA, I. T. M. e GONDAR, Jô. (Org) Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo: Edusp, 1998.

ESTATUTO DO SINPRO/RIO de 06 de Maio de 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo. Ed. USP, 1998.

FORTES, Alexandre. *O Direito na Obra de E.P.Thompson*. In: Revista de História Social. IFCH-UNICAMP – Campinas – SP. Nº2, 1995

GASPARI, Élio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Angela de C. & FERREIRA, Jorge.(2007). *Jango. As múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 2005.

<http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/Brazil/legis1974.html>. 15 de julho 2002

<http://www.ai.com.br/pessoal/indices/indh.htm>

http://www.cedem.unesp.br/acervos/acervo_santo.htm.

<http://www.fitee.org.br/hist.html>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1402.htm

<http://www.senado.gov.br/legislacao>

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Integração e resistência sindical – 1930-1935*. In: *Que história é essa?* [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memória do Social*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1990.

KECK, E.Margareth. *O “novo sindicalismo” na transição brasileira*. In: STEPAN (org.), trad. Ana Luíza Pinheiro, et. al. *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOVISOLO, Hugo. *A Memória e a formação dos Homens*. In: *Estudos Históricos*. Vol 2, nº 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

MATTOS, M. Badaró. (et alii). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003a.

_____. *O Sindicalismo brasileiro pós-30*. Col. *Descobrimdo o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol.24, nº. 47, 2004.

_____. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Ed. Vício de Leitura, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Projeto de história Oral*. In: *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MIRANDA, Kênia. *A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a Forma-Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO/RIO, da UPPEES e do SEPE-RJ*. Dissertação de Mestrado em Educação

apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, 2005.

MORAES, Nilson. (Orgs). *Memórias e construção de identidades*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2001.

NORA, Pierre. "*Entre memória e história*": a problemática dos lugares. In: Projeto de História. Revista do programa de pós-graduados em história e do departamento de história. São Paulo. Nº 10. Dezembro, 1993.

POLLAK, Michael. "*Memória, Esquecimento, Silêncio*". In Revista Estudos Históricos. Vol II, nº 3, Rio de Janeiro, 1989.

_____. "*Memória e identidade social*". In Estudos Históricos. Vol. V, nº 10. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

POMIAN, Krzysztof. "*Memória*", in: GIL, Fernando. Sistemática. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda: Enciclopédia Einaudi, vol.42, 2000.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo. P.S. (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

_____. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do século XX. Orgs. Jorge Ferreira & Lucilia Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio. "*Memória, cidade e cidadania*". In Memória e Espaço. Org. COSTA, I. T. M. e GONDAR, Jô. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

_____. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. Coordenação Ricardo Antunes. Col. Mundo do Trabalho. Rio de Janeiro: Ed. Boitempo, 2001.

_____. *Entre a Ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14, nº 41. São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, Myriam. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da & COSTA, Hélio da. “*Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes*”. In: FERREIRA, Jorge (org) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. 5ªed., São Paulo: Ed. Atual, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil*. Cadernos Cebrap. Nº. 4. São Paulo, 1973.

www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm

www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm

www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm


www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_hm/5735_1.asp

www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/aliam_nacion_libert.htm

www.vermelho.org.br

ANEXOS

1- Carta de Autorização do Sinpro

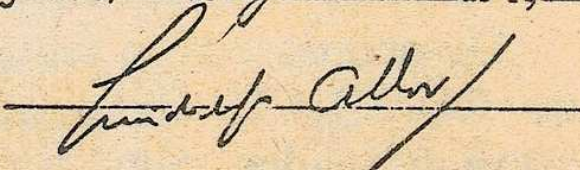


O Ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio, em nome do Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faz saber a quantos esta Carta viram que, attendendo ao que requerem
o SYNDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SECUNDARIO E COMERCIAL DO DISTRICTO FEDERAL, com sede nesta Capital, resolve approvar os respectivos estatutos e reconhecê-lo como syndicato profissional, nos termos do art. 2º do Decreto n.º 19.770, de 19 de Março de 1931.

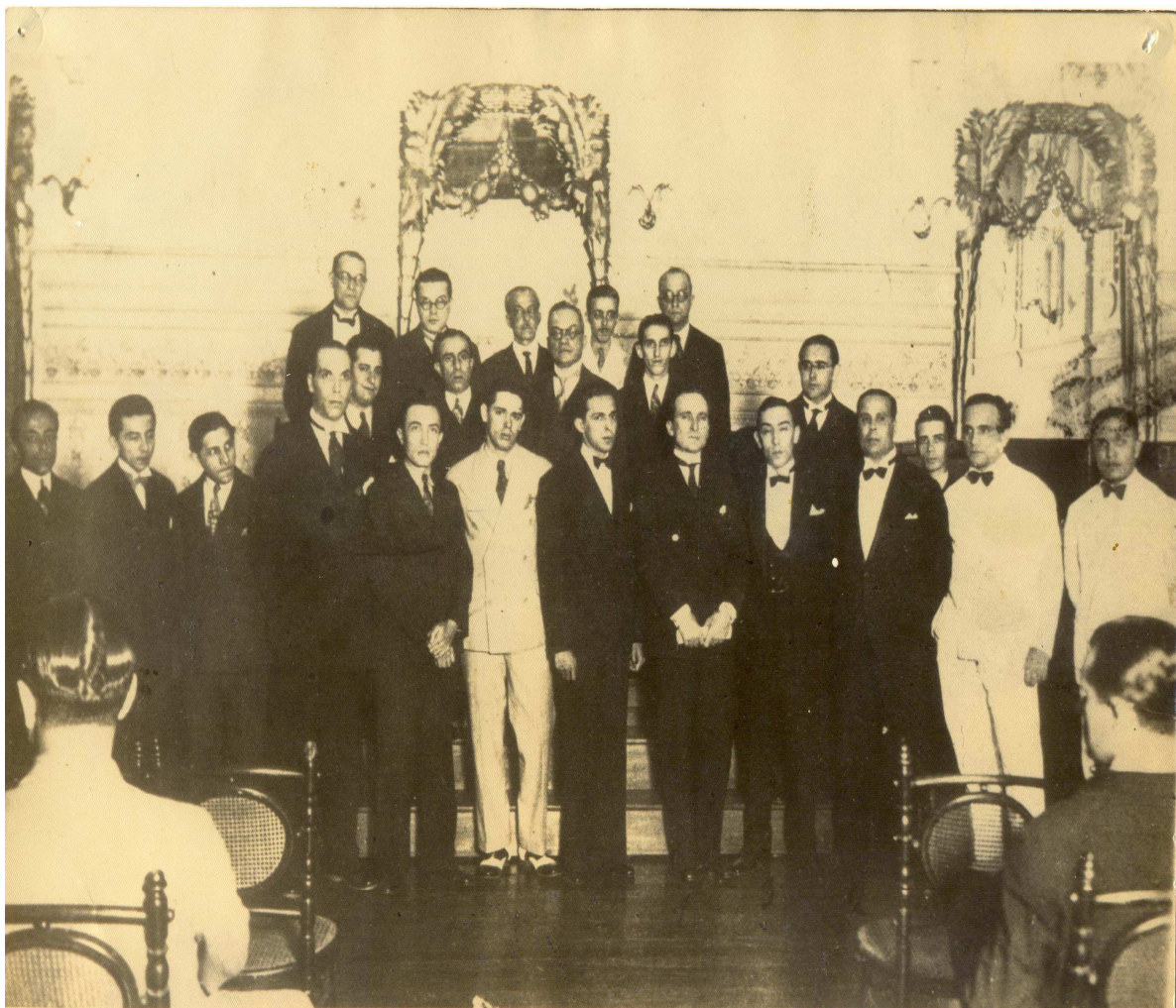
E, para firmeza de tudo, mandou passar a presente Carta, que vai por elle assignada.

Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1931



O nome reconhecimento como sindicato

2. Posse da primeira diretoria do Sinpro/Rio em 1931



Posse da primeira Diretoria do Sindicato dos Professôres 1931 - A.E.C.

3. Sedes do Sinpro/Rio hoje



4. Intimação ao professor Robespierre Martins Teixeira

RESERVADO

COMISSÃO GERAL DE INQUÉRITOS

De: Major de Ex. Cleber Bonecker - Chefe de um I.P.M.

Ào Sr. Prof. ROBESPIERRE MARTINS TEIXEIRA

Assunto: Intimação - Fax

Cleber Bonecker, Major do Exército, encarregado de um Inquérito Policial Militar, determina ao Sr. Prof. ROBESPIERRE MARTINS TEIXEIRA....., residente a Rua Monsenhor Jacaria, 29 - Engenho Novo....., que compareça, sob as penas da Lei, no dia...2.2... do corrente, às...6.00... horas, no Quartel do 2º Batalhão de Polícia Militar, à rua Lucídio Lago nº 181 - Meier, a fim de prestar declarações no caso em que é indiciado o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro e a Federação Interprofissional dos Trabalhadores e Empregados do Ensino, e ofendido a Segurança Nacional.

Rio, 15 de Junho de 1964.

Cleber Bonecker
Major - Cleber Bonecker -
Encarregado de I.P.M. *Enc. 170*

RESERVADO

5- Inquérito Policial Militar contra o Professor Robespierre Martins e seu arquivamento

ANEXO II - Inquerito Policial Militar e seu arquivamento do professor Robespierre Martins Teixeira

RELATÓRIO DO MAJOR ENCARREGADO DO I. P. M. -

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial Militar, verifica-se que, no período compreendido entre os anos de 1960 até 1º de março de 1964, o Sindicato dos Professores de Ensino - Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro, com sede nesta cidade, sob a direção dos senhores HELIO MARQUES DA SILVA, - CARLOS DA SILVA TRIEHEIRA, AFFONSO HENRIQUE MARTINS SALDANHA, - VICTOR JOSÉ CASTEL RUIZ DE AZEVEDO, WALTER RIBEIRO LEMOS, LEVY BOBOREMA PORTO, MARIA MAGDALENA RODRIGUES MARTINS, PRÍCIO DA SILVA, SADY CASEMIRO DOS SANTOS, HENRIQUE GONDES DE MOURA, JOSÉ STARATO, EMIR MAMCUD AMED, NELSON MACIEL PINHEIRO FILHO, JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO, BATAUD BOITTEUX, H.M. e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (F.I.T.E.E.), com sede nesta cidade sob a direção dos senhores JOSÉ DE ALMEIDA - BARRETO, H.B.A.M. HELIO-MARQUES DA SILVA, ALFREDO MARQUES DE OLIVEIRA FILHO, SALIM SAAD, EMIR MAMCUD AMED, SADY CASEMIRO DOS SANTOS, ROBESPIERRE MARTINS TRIEHEIRA, praticaram atos que puseram em perigo a Segurança Nacional, como peças que eram de uma engrenagem de caráter subversivo, cujo "decideratum", seria conseqüido, mediante permanente agitação das massas, em especial - entre Professores e Estudantes.

Essas Entidades mantinham íntimo e permanente intercâmbio com Associações e grupos, Nacionais e Estrangeiros, legais e ilegais, de orientação nitidamente marxista-comunista que fermentavam a implantação de comunismo em todo o mundo de tal maneira sutil e ardilosa que conseguiam, por vezes, iludir até pessoas de melhor formação cristã, usando para tal, de uma terminologia elástica, como vocábulos : nacionalista - progressista - solidariedade humana - solidariedade profissional etc. Acresce que a totalidade dos Dirigentes relacionados já pertenceram ao extinto Partido Comunista do Brasil ou a Partidos e Agremiações que, com o primeiro, têm numerosos pontos de contato. Foram efetuadas diligências de busca e apreensão de documentos, constantes dos Arquivos das Entidades indiciadas que serviram de prova documental.

Do exposto conclui-se que o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro e a Federação Interestadual dos Empregados em Estabelecimentos de Ensino, através de seus Dirigentes acima mencionados, praticaram crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, nos seus artigos 2º, incisos II e IV; 4º inciso I e II, 11º, 12º, 13º - 17º, 27º, 32º e 40º, de acôrdo com as provas colhidas e anexadas - a este Inquérito.

Essa conclusão louva-se na documentação apreendida, -

-se que dentro das suas possibilidades limitadas, cumpriram eficientemente a parte que lhes competia, como peça de uma engrenagem de caráter subversivo fortemente instalada no Território Nacional, com beneplácito do Governo deposto.

Conclui-se, pois, que os dirigentes devem responder pelos crimes praticados, se imprimirem às suas Entidades orientação contrária aos Estatutos, participando ativamente em atividades de caráter Político-Subversivo e desagregadas e que, por pouco, não golpeou mortalmente a nacionalidade, conforme documentos de números 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88.

E como os fatos apurados constituem crimes de competência da Justiça Militar Civil, sejam setas autos remetidos ao Excelentíssimo Senhor Marechal R.I. ENEFAM TAURINO DE BRUNDE NE TO a quem incumbe solucionar o mesmo e remetê-lo à Autoridade Competente, na forma dos §§ 2º e 3º do Artigo 117 do Código de Justiça Militar.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1964.

ass.) Cleber Bonecker - Major encarregado do I.P.M.

Em 15 de setembro de 1964 - remetido com ofício ao General de Divisão Hugo Pennaco Alvim ao Exmo. Sr. Auditor da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar.

Em 25 de setembro o Promotor solicita seja declinada a Auditoria de competência.

Em 29 de outubro de 1964 - O Auditor Abel Azevedo Daminha concorda com a cota de M.F. e fundamentando sua convicção num voto do Ministro Luis Galletti, determina o envio dos Autos ao Desembargador Corregedor da Justiça da Guanabara.

Em 22 de outubro de 1964 - vai o processo à Corregedoria.

Em 27 de outubro de 1964 - vai à Distribuição e em 29 de outubro à 15ª Vara Criminal.

RES DE ENSINO SECUNDÁRIO, PRIMÁRIO E DE AF
E MAIO, 15, GRUPO 402 (ED. MUNICIPAL) — FONE

ARQUIVADO O IPM DE BOITEUX

O juiz Teófilo de Miranda, da 1.ª Auditoria da 1.ª Região Militar determinou, ontem, o arquivamento do IPM instaurado no Sindicato dos Professores do Estado da Guanabara e que indicava 17 professores, entre os quais Bayard Demaria Boiteux.

O major Kleber Bonecker, encarregado do IPM, pediu o enquadramento dos peccantes na Lei de Segurança Nacional, tendo o juiz afirmado em seu despacho que "deduções, presunções e ficções com falsa rotulagem de fatos autênticos, inconsideradamente valorizados, não possuem categoria legal para arrastar aos Tribunais esses membros do magistério, pessoas válidas e úteis à coletividade com posição definida na sociedade".

Afirma ainda o juiz, em seu despacho, que "os fatos esclarecidos e apurados não exprimem alguma coisa a que se possa emprestar sentido prejudicial à ordem político-social", frisando que qualquer punição expressaria, no caso, "puro arbítrio e abuso de poder". O arquivamento do IPM beneficiou os professores Bayard Boiteux, Nelson Pinheiro Filho, Afonso Henrique Saldanha, Carlos da Silva Teixeira, Victor Ruiz Azevedo, Aldo Drummond Cadaval, Walter Ribeiro Lemos, Levy Borberema, Robespierre Teixeira, José Orind, José Cândido Filho, Sady dos Santos, Eloy Azevedo, Hélio Marques, Emir Mamed, José Almeida Barreto e Henrique Batista Areanha Miranda.

CM 12/3/68